



INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2020



Horário: 15h00

Local: R. Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Vila Bela Cintra, em Várzea Paulista (SP).

ÍNDICE

1. Mensagem da Administração.....	3
2. Introdução	4
3. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária.....	5
a) Data, local e quórum de instalação	5
b) Documentos disponibilizados aos Acionistas.....	5
c) Orientações sobre representação por procuradores.....	5
d) Orientações para participação mediante envio de Boletim de Voto a Distância	6
e) Informações sobre eleição de membros para o Conselho de Administração.....	7
f) Canal de comunicação com o Conselho de Administração	7
4. Edital de Convocação.....	8
5. Assembleia Geral Ordinária	9
a) Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.....	9
b) Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2019 e ratificação da distribuição antecipada de dividendos e juros sobre capital próprio	9
c) Fixação do número de membros e eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração.....	9
d) Fixação da verba destinada à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria	10
e) Informações sobre a instalação do Conselho Fiscal e eleição de seus membros	10
ANEXO I – Comentários dos Diretores.....	12
ANEXO II – Modelo de Procuração	28
ANEXO III – Proposta para Destinação do Lucro Líquido do Exercício	30
ANEXO IV – Informações sobre os candidatos indicados para o Conselho de Administração	35
ANEXO V – Proposta de Verba Anual para Remuneração dos Administradores.....	39

1. Mensagem da Administração.

São Paulo, 27 de março de 2020.

Prezado (a) Acionista,

A indústria química nacional enfrentou mais um ano com um cenário adverso: insumos básicos a preços não competitivos e uma política fiscal injusta, decorrente da guerra fiscal entre os estados, acabaram por favorecer o produto importado em detrimento da produção local. Em 2019, o excesso de oferta no mercado internacional, principalmente nos países asiáticos resultou no aumento de importações que, associado ao recuo das exportações brasileiras, elevou o déficit na balança comercial de produtos químicos para US\$ 31,5 bilhões. Segundo dados do Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC) da Abiquim – Associação Brasileira da Indústria Química, a produção nacional de químicos caiu 5,7% em comparação a 2018 e as vendas internas apresentaram retração de 1,8% em comparação ao ano anterior, perdendo espaço para as importações, que cresceram 6,4% em volume e passaram a ocupar 43% da demanda interna por produtos químicos.

Como principais efeitos desse cenário nos resultados da Elekeiroz, tivemos menores volumes vendidos e uma queda nos preços dos produtos, acompanhando o mercado internacional, resultando na redução de 12% na receita líquida e de 32% no lucro bruto em relação a 2018, interrompendo a trajetória de recuperação dos resultados observada em 2017 e 2018.

Em consonância com as melhores práticas de governança, apresentamos este informativo que detalha as matérias a serem apreciadas na Assembleia Geral dos Acionistas do próximo dia 29 de abril, às 15 horas, em Várzea Paulista (SP).

No aguardo de sua presença

Cordialmente,

Marcos Antonio de Marchi

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

2. Introdução

As Assembleias Gerais são um importante instrumento de participação dos acionistas nas decisões que determinam, dentre outras, a administração da Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia” ou “Emissora”) e, portanto, como o negócio é gerenciado. Em 29 de abril, os Acionistas detentores das ações ordinárias (ELEK3) poderão votar em questões fundamentais para a organização, como a eleição dos membros do Conselho de Administração, a destinação do lucro líquido obtido em 2019, dentre outras matérias. O edital de convocação contido no item 4 deste documento contém as matérias que serão deliberadas na Assembleia da Elekeiroz.

De acordo com as exigências legais aplicáveis, e salvo determinação legal em contrário, a Companhia realizará a Assembleia física na sua sede social. Não obstante, como é do conhecimento de seus acionistas, o Brasil e o mundo enfrentam um momento delicado com o novo coronavírus (COVID-19). Dentre as medidas recomendadas pelas autoridades para prevenir a sua propagação, inclui-se evitar aglomerações de pessoas, tais como assembleias gerais. Nesse sentido, em consonância com tais recomendações e para diminuir o risco de propagação do coronavírus, a administração da Companhia recomenda que os seus acionistas exerçam seu direito de voto através de boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 481, evitando comparecer pessoalmente à Assembleia.

Para participar da Assembleia, o Acionista dispõe das seguintes opções:

- **Presencialmente:** o Acionista deverá comparecer no dia 29.04.2020, às 15h, no auditório da sede, localizado na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Vila Bela Cintra, em Várzea Paulista (SP), portando seu documento de identidade.
- **Por procuração:** neste caso, o Acionista deverá autorizar legalmente alguém a votar segundo as suas instruções. A Elekeiroz disponibilizará um modelo de procuração para utilização pelos Acionistas que optarem por essa forma de participação, que pode ser encontrado no Anexo II.

Por boletim de voto a distância: o Acionista também poderá exercer seu voto à distância, por meio do boletim de voto a distância, conforme modelo disponibilizado nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (www.elekeiroz.com.br), nos termos das Instruções nºs 481/09 e 561/15, da Comissão de Valores Mobiliários.

O item 3 deste manual apresenta informações detalhadas para a participação dos Acionistas na Assembleia.

Neste documento constam informações importantes para a participação na Assembleia, tais como o desempenho econômico-financeiro no exercício social de 2019, o currículo dos candidatos para compor o Conselho de Administração, a proposta de destinação do lucro líquido, além de um descritivo sobre a remuneração dos administradores da Companhia.

Para informações adicionais sobre a Companhia visitem o site de Relações com Investidores (www.elekeiroz.com.br).

Comentários dos Diretores

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Elekeiroz, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência, Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, alterado pela Instrução CVM 552/14, constam do Anexo I deste documento.

3. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária.

Data

Conforme disposto no Artigo 132 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), as sociedades por ações devem realizar anualmente a Assembleia Geral Ordinária dentro do prazo de 4 (quatro) meses após o término do exercício social. O exercício social da Elekeiroz S.A. (“Elekeiroz” ou “Companhia”) inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Neste ano, a Assembleia Geral Ordinária será realizada no dia 29 de abril, às 15:00 horas.

O Edital de Convocação dessa Assembleia, constante do item 4 deste informativo, será publicado nos dias 28 e 31 de março e 1 de abril de 2020, nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Jornal de Jundiaí”, sendo que também será disponibilizado no site da Companhia (www.elekeiroz.com.br), da B3 (www.b3.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e no site www.rededivulgacao.com.br.

Local

A Assembleia Geral será realizada no auditório da sede da Companhia, localizado na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392– Vila Bela Cintra - Várzea Paulista – (SP) CEP 13.224-030.

No intuito de organizar o acesso à Assembleia, o ingresso dos Acionistas nas instalações da Companhia será permitido a partir das 14h30h.

Quórum de Instalação

A Assembleia Geral Ordinária instala-se em primeira convocação com a presença de Acionistas representando, no mínimo, 1/4 do capital social com direito a voto (ações ordinárias), consoante artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Esclarecemos que caso não haja quórum suficiente para a instalação em primeira convocação da Assembleia Geral, ocorrerá nova convocação por meio de edital que será divulgado oportunamente, sendo que o prazo para realização não será inferior a 8 dias, nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. Em segunda convocação, a referida Assembleia instalar-se-á com qualquer número de Acionistas detentores de ações ordinárias.

Documentos disponibilizados aos Acionistas

O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício e as Demonstrações Contábeis foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 3 de fevereiro de 2020. Referidos documentos, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes foram disponibilizados no dia 3 de fevereiro de 2020 nos sites da Companhia (www.elekeiroz.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) e publicados em 7 de fevereiro de 2020 no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 5 a 13) e Jornal de Jundiaí (páginas 5 a 8).

Com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, a Companhia disponibiliza aos Acionistas os documentos legais e o presente manual contendo as informações requeridas pelas Instruções CVM 480/09 e 481/09, alteradas, encontrando-se disponíveis na sede social, no escritório administrativo (Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392– Vila Bela Cintra - Várzea Paulista – (SP) CEP 13.224-030), bem como no site de Relações com Investidores da Companhia (www.elekeiroz.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Orientações sobre representação por procuradores

Para auxiliar os Acionistas que desejarem participar da Assembleia sendo representados por procuradores, apresentamos modelo de procuração ([Anexo II](#)).

De modo a facilitar os trabalhos na Assembleia Geral, a Companhia sugere que os Acionistas representados por procuradores enviem, com antecedência mínima de 48 horas, cópia da procuração e dos demais documentos elencados no Edital de Convocação por correio ou portador para:

- Relações com Investidores, na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392– Vila Bela Cintra - Várzea Paulista – (SP) CEP 13.224-030.; ou
- Para o e-mail: dri@elekeiroz.com.br.

Orientações para participação mediante o envio de Boletim de Voto a Distância

Os Acionistas da Companhia também poderão exercer o voto na Assembleia Geral por meio do voto a distância, conforme modelo de Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia no site de Relações com Investidores da Companhia (www.elekeiroz.com.br/ri), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

O Acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo, a partir de **30 de março de 2020 até 23 de abril de 2020**, por uma das alternativas abaixo descritas:

a. Envio de boletim pelo Acionista ao agente custodiante/corretora

Neste caso, o Acionista detentor de ações depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão deve transmitir a instrução de voto ao seu agente custodiante/corretora, no período acima mencionado, salvo se prazo diverso for estabelecido por ele, devendo ser observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo respectivo custodiante.

b. Envio de boletim pelo Acionista ao agente escriturador da Companhia (Itaú Corretora de Valores)

Neste caso, o Itaú disponibilizou um site para que o Acionista exerça o direito de voto à distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital (informações adicionais <http://www.italu.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>).

c. Envio de boletim pelo Acionista diretamente à Companhia

Neste caso, o Acionista deve enviar a via física do Boletim de Voto a Distância para o endereço postal da Companhia, abaixo indicado, devidamente preenchido, assinado e com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- (i) Pessoas Físicas: documento de identidade do acionista ou de seu representante legal (neste caso, acompanhado da comprovação de poderes);
- (ii) Pessoas Jurídicas: documentos societários que comprovem a representação legal do acionista e documento de identidade do representante;
- (iii) Fundo de Investimento: documentos indicados no inciso anterior e regulamento do fundo.

Para documentos produzidos no exterior é necessária a tradução juramentada e consularizada.

Para facilitar os trabalhos da Assembleia, o acionista pode enviar cópia do Boletim e dos documentos exigidos para o endereço eletrônico dri@elekeiroz.com.br, mas a via original do boletim e cópia dos demais documentos devem ser entregues no endereço postal da Companhia, abaixo indicado, até 23 de abril de 2020. Referidos documentos recebidos após essa data serão desconsiderados.

Endereço postal da Companhia:

ELEKEIROZ S.A.

Relações com Investidores

Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392– Vila Bela Cintra - Várzea Paulista – (SP) CEP 13.224-030.

Uma vez recebidos os documentos acima referidos, a Companhia avisará ao Acionista acerca de seu recebimento e de sua aceitação, nos termos da Instrução CVM 481/09.

Caso o boletim de voto encaminhado à Companhia não esteja integralmente preenchido ou não venha acompanhado dos documentos comprobatórios acima descritos, ele será desconsiderado e tal informação será enviada ao Acionista por meio do endereço eletrônico indicado no boletim de voto.

Os Acionistas com ações custodiadas em mais de uma instituição deverão enviar a instrução de voto para apenas uma instituição e o voto será sempre considerado pela quantidade total de ações do Acionista.

Durante o prazo de votação, o Acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada.

Uma vez encerrado o prazo de votação, o Acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o Acionista julgue que a alteração seja necessária, ele deverá participar pessoalmente da Assembleia, portando os documentos exigidos pela Companhia, e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Ressalvada a exceção prevista na Instrução CVM 481/09, caso haja divergência entre eventual boletim de voto à distância recebido diretamente pela Companhia e a instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pela B3 com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado.

Informações sobre eleição de membros para o Conselho de Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a eleição de membros para o Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo ou de voto em separado.

Levando-se em consideração que o *free float* das ações da Companhia é inferior ao mínimo legal exigido para a adoção do voto múltiplo e do voto em separado, os acionistas não poderão eleger membros para o Conselho de Administração através dos referidos processos.

Canal de Comunicação com o Conselho de Administração

Ressaltamos que os Acionistas podem: (i) enviar sugestões, críticas ou dúvidas e (ii) fazer recomendações para eventual inclusão na pauta da Assembleia diretamente ao Conselho de Administração por meio do link “Fale com RI” no site de Relações com Investidores da Elekeiroz (<http://www.elekeiroz.com.br/investidores/fale-com-o-dri/>). No campo comentário, deve iniciar informando tratar-se de “Recomendações para o Conselho de Administração para Assembleia Geral”.

Além disso e para fins do Boletim de Voto a Distância, a Elekeiroz disponibiliza o e-mail dri@elekeiroz.com.br para que os Acionistas:

- a) até 4 de abril, indiquem candidatos aos Conselhos de Administração e Fiscal; e
- b) até 22 de abril, enviem perguntas à Diretoria sobre as matérias que serão apreciadas nessa Assembleia.

4. Edital de Convocação

ELEKEIROZ S.A.

CNPJ 13.788.120/0001-47

Companhia Aberta

NIRE 35300323971

Edital de Convocação ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **ELEKEIROZ S.A.** são convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará em 29.04.2020, às 15:00 horas, na sede social, na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Várzea Paulista (SP), a fim de:

1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019, inclusive a remuneração atribuída aos administradores no período;
2. deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2019;
3. fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração para o próximo mandato anual;
4. eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração; os interessados em requerer a adoção do voto múltiplo nessa eleição deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante, nos termos das Instruções CVM 165/91 e 282/98; e
5. deliberar sobre a verba destinada à remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria.

Informações gerais:

- **Participação e Representação:** os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da Assembleia munidos de documento de identidade, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante Artigo 126 da Lei 6.404/76. De modo a dar celeridade aos trabalhos da Assembleia, os documentos de representação e eventual declaração de voto podem ser enviados antecipadamente para Elekeiroz S.A. - Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, nº 392 – Bela Cintra - Várzea Paulista – SP – CEP: 13.224-030 ou para o e-mail dri@elekeiroz.com.br;
- **Voto a Distância:** os Acionistas que optarem por exercer seus direitos de voto à distância deverão preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo, até 23.04.2020, ao escriturador das ações da Companhia, aos agentes de custódia (corretoras) ou diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no Manual de Participação na Assembleia; e
- **Documentos e Informações:** os documentos legais e as informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no *website* de relações com investidores da Companhia (www.elekeiroz.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

Várzea Paulista (SP), 27 de março de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

THIAGO SGUERRA MISKULIN
Presidente

5. Assembleia Geral Ordinária

Nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração serão submetidas à aprovação dos Acionistas as seguintes matérias:

a) Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 03.02.2020. Referidos documentos acompanhados dos relatórios dos Auditores Independentes foram disponibilizados em 03.02.2020 nos sites da Companhia (www.elekeiroz.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e publicados em 07.02.2020 no Diário Oficial do Estado de São Paulo (páginas 6 a 11) e Jornal de Jundiá (páginas 5 a 7).

Na Assembleia Geral de 29 de abril serão propostos aos acionistas: (i) a tomada das contas dos administradores; e (ii) o exame, discussão e aprovação das demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31.12.2019, inclusive a remuneração atribuída aos administradores no período.

b) Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2019 e ratificação da distribuição antecipada de dividendos e de juros sobre capital próprio

A Companhia apurou Lucro Líquido no exercício de 2019 no valor de R\$ 58.832.705,03.

Assim, propõe-se que referido lucro, consubstanciado nas Demonstrações Contábeis, seja destinado da seguinte forma: a) R\$ 1.859.006,56 para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais, conforme Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76; b) R\$ 2.848.684,92 para a conta de Reserva Legal; c) R\$ 40.593.760,16 à Reserva Especial; d) R\$ 2.032.882,89 referente a dividendos e; e) R\$ 11.498.370,50 referente a juros sobre capital próprio.

Não será proposta à Assembleia Geral a declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais aos já declarados.

A Destinação do Lucro Líquido, na forma especificada no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09, pode ser encontrada no Anexo III deste documento.

c) Fixação do número de membros e eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a eleição de membros para o Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo ou de voto em separado. Levando-se em consideração que o *free float* das ações da Companhia é inferior ao mínimo legal exigido para a adoção do voto múltiplo e do voto em separado, os acionistas não poderão eleger membros do Conselho de Administração através dos referidos processos.

O Estatuto Social da Companhia dispõe que o Conselho de Administração será composto de 3 a 9 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 Presidente e até 2 Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre os seus pares. O mandato unificado dos conselheiros é de 1 ano, permitida a reeleição.

Na Assembleia Geral de 29.04.2020, a Acionista Controladora proporá o provimento de 3 cargos efetivos e 2 suplentes no Conselho de Administração da Companhia e a eleição das pessoas indicadas abaixo para integrarem referido Conselho:

- **Como membros efetivos:** Thiago Sguerra Miskulin, presidente, Felipe Franco da Silveira, vice-presidente e Eduardo da Veiga, conselheiro.
- **Como membros suplentes:** Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque e Marcelo Marinho Lutz Pereira da Silva.

Os conselheiros efetivos Thiago Sguerra Miskulin e Felipe Franco da Silveira poderão ser substituídos pelo conselheiro suplente Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque e o conselheiro efetivo Eduardo da Veiga poderá ser substituído pelo conselheiro suplente Marcelo Marinho Lutz Pereira da Silva.

Informamos que a eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia ocorrerá mediante processo de votação realizado pelo voto simples, formando uma chapa completa de candidatos para as vagas do Conselho de Administração, que deverá ser submetida à deliberação dos acionistas.

Para atendimento ao exigido no artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações dos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM 552/14, constam do Anexo IV deste documento.

d) Fixação da verba global e anual destinada à remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

Conforme orientação da Comissão de Valores Mobiliários (Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 03/2019), a Assembleia Geral deve fixar o montante global anual da remuneração dos administradores levando em conta toda e qualquer forma de remuneração (fixa e variável), além de benefícios de qualquer natureza, diretos e indiretos, e verbas de representação.

Para o período de janeiro a dezembro de 2020, propõe-se que a Assembleia Geral aprove o montante global anual de até R\$ 6.890 mil para remuneração total dos administradores (fixa e variável, compreendendo benefícios de qualquer natureza) independentemente do ano em que os valores forem efetivamente atribuídos ou pagos. Compete ao Conselho de Administração a distribuição dessa verba entre os membros do próprio Conselho e da Diretoria.

A proposta de Remuneração dos Administradores, na forma especificada do Item 13 do Formulário de Referência - Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, alterado pela Instrução CVM 552/14, consta do Anexo V deste documento.

e) Informações sobre a instalação do Conselho Fiscal e eleição de seus membros

De acordo com o Artigo 6º do Estatuto Social da Elekeiroz S.A, o Conselho Fiscal é órgão de funcionamento não permanente e, nos termos da Instrução CVM 324/00, poderá ser instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 4% das ações com direito a voto ou 2% das ações sem direito a voto da Companhia.

Nos últimos exercícios sociais, não foi requerida a instalação do Conselho Fiscal. Ademais, a Administração não propôs a instalação do Conselho Fiscal para o exercício de 2020.

Nos termos do §1º do Artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal da Elekeiroz S.A., se instalado, será composto de 3 membros efetivos e dois membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano.

Caso seja requerida sua instalação, os acionistas minoritários e preferencialistas não poderão eleger os membros do Conselho Fiscal por voto em separado, eis que o *free float* das ações da Companhia é inferior ao mínimo legal exigido para esse processo.

Anexos

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, alterado pela Instrução CVM 552/14

Os comentários a seguir foram elaborados tomando como base as demonstrações contábeis publicadas pela Companhia nos três últimos exercícios sociais, de 2017 a 2019, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*IFRS – International Financial Reporting Standards*) e pronunciamentos do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Elekeiroz é uma indústria química brasileira com mais de 120 anos de história, detendo posição relevante nos seus principais mercados de atuação. Como produtora de químicos intermediários de uso industrial, foi pioneira na fabricação de diversos produtos no País, como anidrido ftálico, bissulfeto de carbono, octanol e butanol a partir de álcool de cana, trimetilolpropano, ácido etil hexanóico, entre outros.

Em 9 de dezembro de 2019 a Elekeiroz foi informada pelo Fundo Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior que o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, autorizou a elaboração de um novo laudo de avaliação, por um avaliador independente, para avaliação do valor de mercado da Companhia, retomando o processo de fechamento de capital. Esse laudo, elaborado pela KPMG Corporate Finance Ltda. e foi disponibilizado para o mercado no dia 7 de fevereiro de 2020.

Também como parte do procedimento diferenciado de fechamento de Capital aprovado pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários - foi realizada em 3 de março de 2020 a Assembleia Geral Extraordinária para aprovação da compra de 50% da Nexoleum Bioderivados Ltda., e oferecido aos acionistas dissidentes o direito de recesso.

As expedições de produtos em 2019 totalizaram 438 mil toneladas, queda de 3% em relação a 2018; os volumes expedidos para o mercado interno permaneceram praticamente constantes, entretanto o mercado externo apresentou redução de 46% em relação ao ano anterior.

A receita líquida sofreu redução de 12% em relação a 2018, afetada pelo menor volume de exportação e por queda nos preços dos produtos, principalmente no mercado interno com redução de 9%, acompanhando a tendência do mercado internacional.

Em 2019 o menor volume de vendas, aliado a menores preços e conseqüente menores margens por produto, reduziram o lucro bruto em 32% em relação ao ano anterior.

No ano de 2019 a Companhia teve um evento não recorrente, referente ao trânsito em julgado favorável de um processo tributário referente à exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da Cofins, resultando no reconhecimento de um crédito de R\$ 41,4 milhões, sendo R\$ 19,4 milhões relativos à atualização monetária, contabilizado no resultado financeiro e R\$ 22,0 milhões relativos ao valor principal, líquido de honorários, registrado em Outras Receitas Operacionais.

O EBITDA contábil no ano alcançou R\$ 70,4 milhões ante R\$ 103.6 milhões no ano anterior.

Em 2018, conforme publicado em fato relevante em 4 de junho, o controle acionário da Companhia passou do grupo Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., para o fundo de investimento Kilimanjaro Brasil Partners I B – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior, cujos recursos advêm de entidades no exterior geridas por H.I.G. Capital LLC, uma das principais empresas de investimentos em private equity e ativos alternativos do mundo.

As expedições de produtos em 2018, no montante de 450 mil toneladas, foram 7% inferiores a 2017, com queda de 11% nas expedições de produtos inorgânicos e estabilidade nas vendas dos produtos orgânicos. A performance de 2018 foi negativamente afetada pelas vendas do último trimestre do ano, 5% inferiores às realizadas no mesmo período de 2017, queda motivada, sobretudo, pela redução na expedição de produtos orgânicos, -8%, influenciada pelas paradas programadas para manutenção nas plantas de gases e oxo-álcoois.

Mesmo com a queda de volume expedido, a receita líquida de 2018 foi 17% superior à de 2017, com altas de 10% nas vendas internas e 143% nas exportações.

Em 2018 o Lucro Bruto apresentou crescimento de 17%, atingindo R\$ 179,7 milhões, principalmente em função dos bons resultados apresentados nos três primeiros trimestres do ano. As paradas programadas e o desaquecimento do mercado, e as incertezas econômicas e políticas causaram uma queda de 45% no 4º trimestre, impactando negativamente o resultado da Companhia naquele período.

No decorrer do ano a Companhia teve dois eventos não recorrentes significativos: a venda de um terreno em Várzea Paulista, não utilizado nas operações, por R\$ 22,5 milhões, cuja receita líquida, descontada a comissão de vendas e o valor de baixa do terreno foi de R\$ 16,8 milhões e despesa no montante de R\$ 10,2 milhões referente à baixa de ativo, parte não recuperável da empresa na contribuição de Plano de Previdência Privada em função do fim do convênio de solidariedade da Elekeiroz com a Fundação Itaúsa Industrial.

O EBITDA seguiu a tendência do lucro bruto, sendo, no total do ano, 18% superior ao realizado em 2017, R\$ 103,6 milhões versus R\$ 86,6 milhões.

Em 2017 a Companhia expediu 482 mil toneladas; 467 mil toneladas no mercado interno, e 15 mil toneladas exportadas.

A Receita Líquida de 2017 atingiu R\$ 978,5 milhões, sendo R\$ 925,3 milhões referentes ao mercado interno e R\$ 53,2 milhões referentes às exportações. Os segmentos de produtos orgânicos e inorgânicos participaram com 88% e 12%, respectivamente.

Em 2017 a Companhia apurou lucro bruto de R\$ 153,4 milhões e um EBITDA de R\$ 86,6 milhões, correspondente a 9% da Receita Líquida.

Indicadores Financeiros Selecionados			
Em R\$ mil	2019	2018	2017
Receita Operacional Líquida	1.006.440	1.147.941	978.541
EBITDA ajustado *	70.433	103.644	86.692
Margem EBITDA (%)	7%	9%	9%
Lucro (Prejuízo) Líquido	58.833	66.258	47.662

* Calculado conforme Instrução CVM 527/2012, artigo 3º: o cálculo do LAJIDA (Ebitda) e do LAJIR não pode excluir quaisquer itens não recorrentes, não operacionais ou de operações descontinuadas e será obtido da seguinte forma: resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

b) Estrutura de capital

No ano de 2019 o Patrimônio Líquido da Companhia cresceu 26% em relação a 2018, impulsionado pelo lucro do exercício de R\$ 58,8 milhões, gerado pela performance do negócio mas também pelo evento não recorrente do trânsito em julgado favorável do processo do ICMS exclusão da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Em 2018 o Patrimônio Líquido da Companhia atingiu R\$ 185,8 milhões, 23% acima de 2017, mantendo o percentual de 33% do ativo total. O lucro de R\$ 66,3 milhões, resultado do crescimento da receita líquida e da manutenção das despesas operacionais e financeiras foram os principais responsáveis pelo bom desempenho do ano.

Em 2017 o Patrimônio Líquido da Companhia atingiu o valor de R\$ 151,3 milhões, representando 33% do total do ativo. O lucro de R\$ 47,7 milhões, resultado da recuperação de volumes de vendas, redução do custo dos produtos vendidos e da política de austeridade no controle de gastos foi o principal responsável pela boa performance do ano.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

As principais fontes de liquidez da Companhia são o fluxo de caixa gerado por suas operações, a obtenção de empréstimos em entidades financeiras para suas operações normais e investimentos, além do saldo de caixa e aplicações financeiras existentes.

Em 2019 a dívida líquida da Companhia cresceu 16,5% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 116,8 milhões; a normalização das compras de insumos com a retomada da produção de álcoois após parada para manutenção ao final de 2018, a quitação dos empréstimos Finex, Santander e NCE – Banco ABC, a necessidade de desembolso aplicado nas paradas de manutenção da fábrica, assim como a necessidade de um novo empréstimo de capital de giro de R\$ 15,0 milhões foram os responsáveis pela variação da dívida líquida.

A Companhia terminou 2018 com uma dívida líquida de R\$ 100,3 milhões, com redução de 7% em relação a 2017. A redução da dívida líquida se deu, principalmente, pelo aumento do caixa líquido de R\$ 56,4 milhões para R\$ 114,9 milhões, devido à parada da fábrica de Álcoois nos meses de novembro de dezembro, e a consequente redução de compra de matérias primas e insumos dessa fábrica, postergados para o início de 2019. A dívida bruta da Companhia apresentou aumento de R\$ 169,0 milhões para R\$ 231,0 milhões, entretanto, o perfil de curto prazo foi reduzido de 48% em 2017 para 38% em 2018.

Em 2017 a dívida líquida da Companhia foi de R\$ 108,4 milhões. O melhor desempenho das vendas da Companhia, assim como os projetos de redução de custos, despesas e de capital de giro proporcionaram um aumento de 67% no montante de Caixa e Equivalentes de Caixa, e o pagamento de R\$ 77,0 milhões do montante de dívidas proporcionou a redução de 22% no total de Empréstimos e Financiamentos.

A Administração acredita que as fontes de liquidez são adequadas para atender às necessidades de financiamento da Companhia, incluindo suas necessidades de capital de giro, investimentos, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As necessidades de financiamento da Companhia são atendidas através dos instrumentos clássicos de captação de recursos, em especial por financiamentos junto a instituições de crédito.

Em 2019 manteve seu perfil de financiamento, estruturado com a captação de debêntures simples e com os financiamentos de CCE do Santander e CDB do Banco do Brasil e captou adicionalmente empréstimo de curto prazo junto ao Banco Bradesco para financiar o capital de giro operacional.

Em junho de 2018 a Companhia reestruturou seu perfil de financiamento através da realização de sua segunda emissão de debêntures, com prazo de vencimento de longo prazo, para a liquidação antecipada dos demais contratos existentes, em grande parte com aval da Itaúsa em suas garantias (debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única no valor de R\$ 110,0 milhões com vencimento final em 22 de julho de 2023, remunerada pela CDI + 2,50 a.a. com amortizações trimestrais a partir de 22 de setembro de 2019). A Companhia manteve também financiamentos em Notas de Crédito e Células de Crédito à Exportação, Adiantamento de Contratos de Câmbio e Finex.

Até o ano de 2017 os recursos para investimentos em ativos não circulantes fabricados no País foram provenientes basicamente de financiamentos junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e BNB – Banco do Nordeste do Brasil. A Companhia possuía um contrato de abertura de limite de crédito firmado em 12/06/2012 com o BNDES, no valor de R\$ 123,7 milhões, com validade até junho de 2017. Para financiar gastos com pesquisas e inovação tecnológica, a Companhia havia contratado, em 2013, junto à FINEP – Financiador de Estudos e Projetos, financiamento no valor de R\$ 20,4 milhões.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não apresentou deficiências de liquidez nos anos de 2019, 2018 e 2017. Em 2019 a Companhia manteve suas principais fontes de financiamento, que foram a captação de debêntures e financiamentos junto aos bancos Santander e Banco do Brasil e necessitou de empréstimo de R\$ 15 milhões, captado junto ao Banco Bradesco.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

No ano de 2019 a Companhia reduziu seu endividamento bruto em 69% frente a 2018 através da quitação dos empréstimos Finex, Santander e NCE – Banco ABC e do pagamento regular referente às debêntures, terminando o ano com R\$ 159,3 milhões, equivalente a 68% do seu Patrimônio Líquido. A Companhia encerrou 2019 com um perfil de dívida de 38% de curto prazo e 65% de longo prazo.

Em 2018 a Companhia encerrou o ano com endividamento bruto de R\$ 231,0 milhões, equivalente a 124% de seu Patrimônio Líquido, sendo 38% com vencimento de curto prazo, composto por Notas de Créditos de Exportação (NCE), Células de Crédito de Exportação (CCE), Células de Crédito Bancário (CCB), a parcela de curto prazo das Debêntures simples e de Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC).

Em 2017 o endividamento junto às instituições financeiras foi de R\$ 168,8 milhões, equivalente a 112% do Patrimônio Líquido, sendo 48% do perfil da dívida de curto prazo e 52% de longo prazo.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O quadro a seguir mostra os financiamentos referentes a investimentos em ampliação e modernização das instalações e capital de giro da Companhia.

Modalidade	Encargos %	Garantias	Amortização	Término	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017		
					Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
BNDES	TJLP + 1,72% a 4,32% aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	-	-	-	-	12.003	20.097	
BNDES	IPCA + 1,96% a 2,26% aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/04/2021	-	-	-	-	2.478	6.701	
BNDES	3,00% a 6,00% aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/02/2021	-	-	-	-	670	1.264	
FINEP	3,50% aa	Aval Itaúsa	Mensal	15/04/2021	-	-	-	-	2.059	4.780	
BNB	11,18% aa	Aval Itaúsa	Mensal	29/12/2020	-	-	-	-	9.299	19.408	
SAFRA FINAME	TJLP + 4,50% aa	Equipamentos	Mensal	15/09/2022	-	-	-	-	13	177	
NCE - SAFRA	127% CDI	Receíveis	Semestral	27/06/2019	-	-	-	-	27.466	25.000	
NCE - CCB	100% CDI		Anual	16/04/2019	-	-	15.315	-	-	-	
FINEX SANTANDER	CDI + 2,88% aa		Final	29/07/2019	-	-	15.517	-	-	-	
CCE SANTANDER	CDI + 2,50% aa	Cessão Fiduciária	Semestral	15/06/2023	7.319	16.085	7.001	23.333	-	-	
CCB BANCO BRASIL	CDI + 2,35% aa	Cessão Fiduciária	Semestral	02/05/2023	9.692	21.666	9.745	31.111	-	-	
DEBÊNTURES SIMPLES	CDI + 2,50% aa	Cessão Fiduciária	Trimestral	22/06/2023	27.930	62.987	20.461	90.588	-	-	
(-) CUSTOS DE CONTRATAÇÃO					-	861	-	943	-	1.155	-
NCE BRADESCO	CDI + 1,06% aa		Final	27/07/2020	15.405	-	-	-	-	-	
TOTAL MOEDA NACIONAL					59.485	99.795	66.884	143.228	53.988	77.427	
BNDES	Varição Cambial + 1,72% a 4,32% aa	Aval Itaúsa	Mensal e Trimestral	15/10/2020	-	-	-	-	2.800	3.780	
NCE - ABC	129,25% CDI		Anual	04/07/2019	-	-	8.141	-	7.134	6.775	
4131 SAFRA	131,70% CDI	Aval Itaúsa	Final	17/07/2018	-	-	-	-	16.885	-	
ACC BANCO BRASIL	4,72% aa		Final	25/01/2019	-	-	12.772	-	-	-	
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					-	-	20.913	-	26.819	10.555	
TOTAL					59.485	99.795	87.797	143.228	80.807	87.982	

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações decorrentes dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos descritos acima, a Companhia não mantém qualquer outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas financeiras apresentadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

De forma geral, as restrições às quais a Companhia está sujeita nos anos de 2019 e 2018, tratam de contratos de financiamentos e empréstimos junto aos bancos do Brasil e Santander e na emissão das debêntures. O índice previsto para esses contratos é obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser menor ou igual a 2,5 vezes até a Data de vencimento.

Em relação às debêntures, o não cumprimento do indicador Dívida Líquida/EBITDA, caso não resolvido em tempo concordado, poderá acarretar a quitação antecipada e a restrição de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio até o limite mínimo estabelecido.

Em 2017 as restrições se referiam ao contrato de financiamentos e empréstimos junto ao BNDES, tendo o mesmo índice da Dívida Líquida/EBITDA, cumprido integralmente.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A partir de 2018, após a reestruturação da dívida da Companhia, a Elekeiroz passou a utilizar debêntures e financiamentos com valores definidos para cada operação, sem linhas de financiamentos com limites máximos estabelecidos.

Em 2017 a Companhia possuía linhas de créditos para investimentos contratadas (i) com o BNDES no valor de R\$ 123,7 milhões, tendo sido liberado, até 31 de dezembro de 2017, 65% do referido montante; e (ii) com a FINEP – Financiador de Estudos e Projetos no valor de R\$ 22,7 milhões, tendo sido liberado 55% até 31 de dezembro de 2017.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2017, após um período de retração de mais de 15%, a economia cresceu 2,5% em relação a 2016, segundo o IBGE.

Segundo informações da Abiquim (Associação Brasileira da Indústria Química), em 2017 o Consumo Aparente Nacional (CAN) do setor químico aumentou 6,0% em comparação a 2016, devido ao crescimento da demanda, impulsionada principalmente pelo aumento das importações, que cresceram 21,1% e pelo aumento da produção local, que apresentou modesto crescimento de 1,8%.

No ano o Brasil importou US\$ 37,2 bilhões em produtos químicos, valor pago pela aquisição de mais de 43,1 milhões de toneladas entre as diversas mercadorias acompanhadas pela Abiquim. O déficit na balança comercial de produtos químicos totalizou US\$ 23,4 bilhões, fato que reverteu a série de três anos consecutivos de reduções pela qual o indicador passava (em 2014, de US\$ 31,2 bilhões; em 2015, de US\$ 25,4 bilhões; e em 2016, de US\$ 22,0 bilhões).

As exportações brasileiras de produtos químicos aumentaram 13,0% na comparação com o ano anterior, totalizando US\$ 13,7 bilhões em 2017, com movimentação de 16,5 milhões de toneladas para os mais diversos mercados de destino. As resinas termoplásticas, com vendas externas de US\$ 2,3 bilhões, foram os produtos químicos mais exportados.

Apesar do fraco crescimento do setor químico nacional a Companhia soube se posicionar adequadamente nos vários setores em que atua e se beneficiou da melhora da economia do país, atingindo crescimento acima da média do mercado de 25% em comparação ao desempenho de 2016, atingindo 482 mil toneladas de volume expedido.

Em 2018, de acordo com informações preliminares publicadas pela ABIQUIM, a demanda brasileira por produtos químicos de uso industrial, medida pelo consumo aparente nacional (CAN), teve recuo de 1,1% em relação ao ano anterior. A desaceleração econômica, a greve dos caminhoneiros, que prejudicou a movimentação de cargas em maio-junho, a volatilidade do câmbio, especialmente no período pré-eleição, e as incertezas advindas desse cenário explicam o recuo da atividade.

Além das questões internas, o setor também teve impactos advindos do cenário internacional. No front externo, o destaque se refere à alta dos preços do óleo e de seus derivados entre o final de 2017 e setembro de 2018, que teve forte influência na elevação dos preços dos produtos químicos no mundo impactando as importações brasileiras. Em volume, todas as variáveis que compõem o CAN exibiram recuos em 2018, sobre igual período do ano anterior: índice de produção (-3,93%), importações (-2,8%) e exportações (-16,9%). O desempenho do índice de vendas internas também acompanhou o cenário citado, com recuo de 0,74%. A utilização da capacidade instalada, que reflete a combinação do nível de atividade do setor e das características de operação da química (processo contínuo de produção), ficou em 77% durante o ano de 2018, contra 79% em igual período do ano anterior. Já o índice de preços teve elevação expressiva, de +19,49%, acompanhando a cotação de preços dos produtos químicos no mercado internacional.

Em termos de expedição e preços de vendas a Elekeiroz acompanhou o desempenho do mercado de químicos, apresentando queda no volume expedido de 7% em relação a 2017, com redução de 11% nas expedições de produtos inorgânicos e estabilidade nas vendas dos produtos orgânicos e aumento de 17% da receita líquida, com altas de 10% nas vendas internas e 143% nas exportações, em função dos já citados aumentos de preços.

Em 2019, segundo dados do Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC) da Associação Brasileira da Indústria Química – Abiquim, a produção nacional de químicos de uso industrial caiu 5,7% em comparação com o ano anterior; este desempenho é o segundo pior do setor nos últimos 13 anos.

Além da produção a demanda por produtos químicos de uso industrial caiu 7,3% e as vendas internas tiveram retração de 1,8%, no mesmo período de comparação. Já as importações cresceram 6,4%, em volume, passando a ocupar 43% da demanda interna por químicos.

A atividade interna fraca levou as empresas a buscarem alternativas para manter suas plantas em operação mínima, sendo que a utilização da capacidade instalada registrou o pior patamar desde o início da série de acompanhamento em 1990, com 70% em média em 2019, resultando em um recorde de ociosidade de 30%.

A performance da Companhia acompanhou o desempenho da indústria química nacional, sob forte pressão de importações e queda de consumo interno. Em 2019 a Companhia teve dificuldades em manter a margem de seus produtos, o que refletiu numa redução de 32% no Lucro Bruto em comparação com 2018.

Receita Operacional Líquida

A Companhia gerou R\$ 1.006,4 milhões de Receita Líquida em 2019, 12% abaixo do ano anterior, principalmente devido ao declínio das exportações, com volumes 48% inferiores e à queda dos preços de vendas que acompanharam o mercado internacional.

A Receita Líquida da Companhia em 2018 atingiu R\$ 1.147,9 milhões, 17% acima do ano anterior, apresentando crescimento de 10% no mercado interno, principalmente devido ao repasse da variação do dólar e aumentos de matérias primas nos preços de vendas e à boa performance do mercado de inorgânicos, com crescimento de 26%. A Receita Líquida das exportações apresentou crescimento de 143% em relação a 2017, devido, principalmente ao aumento das exportações de álcoois de 89%, com volume total de 26,0 mil toneladas.

Em 2017 a Receita Líquida atingiu o melhor patamar desde 2014, com R\$ 978,5 milhões. O crescimento ocorreu, principalmente pela boa performance no mercado interno, com R\$ 925,4 milhões. A Receita Líquida por tonelada do mercado interno foi de R\$ 1.982 e a Receita Líquida por tonelada das exportações foi de R\$ 3.475.

Expedição (mil t)	2019	A.V.	19/18	2018	A.V.	18/17	2017	A.V.
Mercado interno	423,5	100%	0,3%	422,1	100%	-9,5%	466,5	100%
Orgânicos	183,5	43%	0,1%	183,4	43%	-6,8%	196,9	42%
Inorgânicos / Revenda	240,0	57%	0,5%	238,7	57%	-11,5%	269,6	58%
Mercado externo	14,6	100%	-48,2%	28,2	100%	84,2%	15,3	100%
Orgânicos	14,6	100%	-48,2%	28,2	100%	84,2%	15,3	100%
Total	438,1	100%	-2,7%	450,3	100%	-6,5%	481,8	100%

Valores em milhares de R\$	2019	2018	2017
Receita bruta de vendas	1.270.337	1.423.965	1.217.937
Mercado interno	1.202.220	1.294.563	1.164.772
Mercado externo	68.117	129.402	53.165
Impostos s/vendas (IPI, ICMS, PIS E COFINS)	(263.897)	(276.023)	(239.396)
Receita Operacional Líquida	1.006.440	1.147.942	978.541

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos é composto pelos custos de matérias-primas, mão de obra direta e indireta na área produtiva, acrescida dos gastos gerais de fabricação que incluem manutenção, depreciação, seguros, entre outros. Os custos de matérias-primas são apurados considerando os créditos referentes aos impostos não cumulativos (ICMS, PIS, COFINS e IPI).

No ano de 2019 os custos dos produtos vendidos somaram R\$ 884,4 milhões, com queda de 6% em relação a 2018, impactados, principalmente pelo mix de produtos, com maior participação de inorgânicos, cujos custos reduziram em 12%. Entretanto, devido à redução de preços de vendas, a participação dos custos dos produtos vendidos em relação à Receita Líquida passou de 84% em 2018 para 88% em 2019.

Em 2018 o custo dos produtos vendidos somou R\$ 968,2 milhões, com aumento de 17% em relação ao ano anterior, impactado, principalmente pelo aumento nos preços das principais matérias primas e impactos da variação cambial. Entretanto, a continuidade da política de contenção de custos fixos, aliado ao repasse dos aumentos de custos aos preços dos produtos, manteve o percentual de custos sobre a Receita Líquida em 84%, com consequente aumento do Lucro Bruto em R\$ 26,4 milhões em relação a 2017.

Em 2017 o custo dos produtos vendidos representou 84% da Receita Líquida, ou R\$ 825,2 milhões, com custo unitário por tonelada de R\$ 1.713, composto por 89% de matérias primas e insumos e 11% de gastos gerais de fabricação.

Despesas com Vendas

Referem-se principalmente às despesas com fretes sobre vendas, comissões e despesas com exportação.

As despesas com vendas de 2019 somaram R\$ 43,2 milhões, 19% abaixo do ano anterior, devido, principalmente às menores exportações e atingiram a menor participação sobre a Receita Líquida dos últimos 3 anos: 4,3%. A continuação da política de contenção de despesas e otimização logística, influenciaram na queda da participação das despesas de vendas em relação à Receita Líquida.

As despesas de vendas de 2018 somaram R\$ 53,3 milhões, 12% acima do ano anterior, refletindo maiores custos devido ao aumento significativo das exportações e do impacto da variação cambial. Entretanto, a política de redução de despesas e otimização de logística conseguiu manter a relação dessas despesas no mesmo nível dos anos anteriores, 4,6% sobre a Receita Líquida.

Em 2017 as despesas com vendas atingiram R\$ 47,5 milhões e representaram 5% da Receita Líquida.

Despesas Gerais e Administrativas

Tais despesas são compostas principalmente por gastos com pessoal, envolvendo salários, encargos e benefícios, além de serviços de auditoria e consultoria contratados junto a terceiros, relativos às áreas administrativas da Companhia.

No ano de 2019 as despesas administrativas se mantiveram em 6% da Receita Líquida, com gastos de R\$ 58,6 milhões, 12% abaixo dos gastos de 2018, sendo o principal impacto a redução do PLR que acompanhou a performance do lucro do exercício.

Em 2018 as despesas administrativas atingiram R\$ 66,7 milhões, 4% acima do ano anterior, representando 6% da Receita Líquida. A Companhia continua controlando com rigor suas despesas, sendo o aumento em relação ao ano de 2017 basicamente em função da inflação do período.

Em 2017 a continuidade da política de contenção de despesas adotada pela Companhia em 2016 proporcionou que as despesas administrativas permanecessem praticamente estáveis: R\$ 64,1 milhões, com participação de 7% sobre a Receita Líquida, sendo as principais despesas com pessoal administrativo e consultorias especializadas.

Outras Receitas e despesas operacionais

No ano de 2019 a Companhia reconheceu R\$ 34,1 milhões de Outras Receitas Operacionais, sendo a principal variação o reconhecimento de R\$ 26,3 milhões de créditos tributários referentes à homologação do processo de Exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e da Cofins, transitado em julgado favorável em 2019.

Em 2018 a Companhia contabilizou R\$ 30,5 milhões no grupo de Outras Receitas Operacionais, sendo os principais valores referentes à alienação de um imóvel de sua propriedade localizado no município de Várzea Paulista por R\$ 23,7 milhões (R\$ 21,0 milhões líquidos de despesas), R\$ 17,8 milhões referentes aos Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas e à baixa de R\$ 10,4 milhões referentes ao Fundo Previdencial da Fundação Itaúsa Industrial, devido ao desligamento da Companhia do Grupo Itaúsa e, em consequência do Fundo Previdencial.

No ano de 2017 a Companhia reconheceu R\$ 26,1 milhões de Outras Receitas Operacionais, principalmente devido à homologação de créditos tributários de R\$ 16,3 milhões e aos Créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de matérias primas, no montante de R\$ 15,3 milhões.

Outras receitas e despesas operacionais - R\$ mil	2019	2018	2017
Reversão (provisões) tributárias líquidas	(915)	(659)	(2.344)
Reversão (provisões) trabalhistas líquidas	609	(1.065)	(118)
Reversão (provisões) civeis e ambientais líquidas	199	1.822	(388)
Reversão (provisões) para perdas nos estoques	192	1.695	2.131
Projeto e pesquisas	(569)	(40)	(261)
Variação fundo previdencial da Fundação Itaúsa Industrial	-	(10.395)	(891)
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisições de matérias primas *	15.176	17.822	15.320
Homologação de créditos tributários	26.301	1.316	16.259
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.019)	(321)	361
Alienação e baixa de ativo imobilizado	(230)	20.956	(71)
Outras despesas	(5.649)	(661)	(3.913)
Total outras receitas (despesas) líquidas	34.095	30.470	26.085

* A companhia vem registrando desde 2013, como outras receitas operacionais, os créditos de PIS e COFINS relativos à Lei 12859/13.

BALANÇO PATRIMONIAL							
(Em milhares de Reais)							
ATIVO	2019	AV	2018	AV	VARIÇÃO	2017	AV
					2019/2018		
CIRCULANTE	292.633	57%	371.819	67%	-21%	293.184	64%
Caixa e equivalentes de caixa	43.687	8%	114.891	21%	-62%	56.357	12%
Ativos financeiros a valor justo	-	0%	3.201	1%		-	0%
Contas a receber de clientes	85.943	17%	119.765	22%	-28%	122.363	27%
Estoques	126.965	25%	102.816	19%	23%	79.050	17%
Outros ativos	12.130	2%	10.412	2%	17%	5.283	1%
Tributos a recuperar	21.805	4%	18.393	3%	19%	28.412	6%
Despesas antecipadas	2.103	0%	2.341	0%	-10%	1.719	0%
NÃO CIRCULANTE	223.568	43%	183.206	33%	22%	164.645	36%
Realizável a Longo Prazo							
Investimentos mantidos até o vencimento	2.017	0%	-	0%	0%	3.587	1%
Ativos financeiros a valor justo	-		-			430	0%
Outros ativos	21.260	4%	30.318	5%	-30%	25.500	6%
Tributos a recuperar	45.285	9%	1.505	0%		681	0%
Tributos diferidos	18.345	4%	18.345	3%	0%	18.345	4%
	86.907	17%	50.168	9%	73%	48.543	11%
Investimentos	18.444	4%	21.720	4%	-15%	23.274	5%
Imobilizado	116.350	23%	109.932	20%	6%	90.167	20%
Intangível	1.867	0%	1.386	0%	35%	2.661	1%
	136.661	26%	133.038	24%	3%	116.102	25%
TOTAL DO ATIVO	516.201	100%	555.025	100%	-7%	457.829	100%

Ativo Circulante

No ano de 2019 o Ativo Circulante teve redução de 21% em relação a 2018, principalmente pela diminuição do saldo de caixa e equivalentes de caixa utilizado para amortização das dívidas.

Em 2018 o Ativo Circulante apresentou crescimento de 27% em relação a 2017 devido ao crescimento do caixa e equivalentes de caixa e dos estoques, em função dos maiores preços dos produtos e matérias-primas. No caso do caixa e equivalentes, a Companhia manteve saldo devido à redução do capital de giro em função das paradas para manutenção. O crescimento do ativo circulante foi parcialmente compensado pela redução dos créditos tributários federais, compensados durante o exercício com impostos a recolher de PIS e Cofins e com a Contribuição Previdenciária sobre a Folha de Pagamento.

Em 2017 o Ativo Circulante atingiu R\$ 293,2 milhões, impulsionado pelo volume de negócios da Companhia, com impacto direto em contas a receber e pelo montante de créditos tributários federais a compensar, decorrente de processos judiciais transitados em julgado.

Ativo Não Circulante

No ano de 2019 o Ativo Não Circulante apresentou aumento de 22% em relação a 2018, impulsionado pelo reconhecimento de R\$ 41,4 milhões relativos a créditos tributários decorrentes de decisão favorável do processo judicial sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins.

Em 2018 a posição do Ativo Não Circulante aumentou em 11% em relação a 2017, devido, principalmente ao aumento do Ativo Imobilizado, ocasionado pela capitalização de manutenções periódicas, que aumentam a vida útil dos equipamentos, e do aumento de 19% de Outros Ativos, acrescido de R\$ 23,7 milhões devido à venda de um imóvel da Companhia em Várzea Paulista e reduzido pela baixa

do saldo de R\$ 10,2 milhões, do Plano de Participação do Fundo Previdencial do Grupo Itaúsa, devido à troca do controle acionário da Companhia e consequente desligamento do Plano Previdencial do grupo.

Em 2017 o Ativo Não Circulante foi de R\$ 164,6 milhões, composto principalmente pelo imobilizado e por outros ativos, devido à alienação de um imóvel em 2015, com prazo de recebimento em 64 parcelas e pelo montante da participação no Fundo Previdenciário, Plano CD, no montante de R\$ 10,4 milhões.

BALANÇO PATRIMONIAL							
(Em milhares de Reais)							
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	AV	2018	AV	VARIÇÃO	2017	AV
					2019/2018		
CIRCULANTE	151.319	29%	191.107	34%	-21%	176.444	39%
Fornecedores	48.510	9%	56.414	10%	-14%	54.252	12%
Empréstimos e financiamentos	59.485	12%	87.797	16%	-32%	80.807	18%
Obrigações com pessoal	9.848	2%	10.162	2%	-3%	9.669	2%
Outras contas a pagar	9.590	2%	8.262	1%	16%	8.901	2%
Impostos e contribuições a pagar	4.497	1%	4.224	1%	6%	5.930	1%
Dividendos e participações a empregados e administradores	19.389	4%	24.248	4%	-20%	16.885	4%
NÃO CIRCULANTE	131.755	26%	178.125	32%	-26%	130.107	28%
Empréstimos e financiamentos	99.795	19%	143.228	26%	-30%	87.982	19%
Provisão para contingências	16.553	3%	18.898	3%	-12%	26.717	6%
Outras contas a pagar	15.407	3%	15.999	3%	-4%	15.408	3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	233.127	45%	185.793	33%	25%	151.278	33%
Capital social	103.057	20%	103.057	19%	0%	103.057	23%
Reservas de capital	8.326	2%	8.326	2%	0%	8.326	2%
Reservas de lucros	121.744	24%	74.410	13%	64%	39.895	9%
Prejuízos acumulados							
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	516.201	100%	555.025	100%	-7%	457.829	100%

Passivo Circulante

Em 2019 o saldo do Passivo Circulante foi reduzido em 21% em relação a 2018, devido principalmente à redução do saldo de fornecedores e pela quitação dos empréstimos Finex, Santander e NCE – Banco ABC.

No ano de 2018 o saldo do Passivo Circulante aumentou 8% em relação a 2017, principalmente devido à constituição de Juros sobre Capital Próprio a pagar para acionistas e pela constituição de Provisão para pagamento do Programa de Participação nos Resultados da Companhia.

Importante mencionar que em 2018 a Companhia reestruturou o perfil de sua dívida através da captação de debêntures e quitação dos financiamentos com aval do Grupo Itaúsa em função da troca do controle acionário, conforme mencionado no item g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados, do Comentário dos Diretores.

Em 2017 o Passivo Circulante da Companhia foi de R\$ 176,4 milhões, composto principalmente por empréstimos e financiamentos, fornecedores e dividendos e participações a empregados e administradores.

Passivo não Circulante

Em 2019 o Passivo Não Circulante teve redução de 26% em relação a 2018, principalmente devido à redução dos saldos de financiamentos.

Em 2018 o Passivo Não Circulante cresceu 37% em relação a 2017, principalmente devido à já mencionada reestruturação das dívidas implementada pela Companhia com a emissão de debêntures e captação de outras linhas de financiamento, com vencimento para 5 anos e a quitação dos empréstimos e financiamentos anteriores que eram suportados por aval do antigo controlador.

O Passivo Não Circulante encerrou o ano de 2017 com saldo de R\$ 130,1 milhões, composto principalmente por Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo, sendo os principais: notas de crédito de exportação, R\$ 31,7 milhões e parcelas de longo prazo de financiamentos do BNDES, R\$ 31,8 milhões e do BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A, de R\$ 19,4 milhões.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Elekeiroz produz e comercializa intermediários químicos divididos em duas grandes famílias: orgânicos e inorgânicos. Os produtos orgânicos compreendem os oxo-álcoois (octanol, butanol, isobutanol, ácido 2-etil hexanóico), os anidridos ftálico e maleico, diversos tipos de plastificantes e de resinas de poliéster, o formaldeído e o concentrado ureia-formol. A família de inorgânicos é representada essencialmente pelo ácido sulfúrico.

Os preços dos produtos orgânicos são estabelecidos pela Companhia tendo como referência os praticados nos mercados internacionais, da mesma forma como ocorre com os preços locais das matérias-primas que consome. Em outras palavras, as margens diretas (preço de venda menos custo das matérias-primas) dos produtos orgânicos seguem também as internacionais.

O segmento de inorgânicos, por sua vez, caracteriza-se por consumo e produção predominantemente locais, seguindo uma política de preços menos dependente dos mercados internacionais e mais ligada não só ao desempenho e demanda dos segmentos consumidores, como o agrícola e diversos outros ramos químicos, mas também dos diversos produtores locais, alguns dos quais têm o ácido sulfúrico como um subproduto de outras linhas de fabricação.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com o RAC – Relatório de Acompanhamento Conjuntural da ABIQUIM, a produção nacional de químicos de uso industrial caiu 5,7% em 2019 em comparação com 2018, sendo esse o segundo pior do setor nos últimos 13 anos.

Além da produção a demanda por produtos químicos de uso industrial caiu 7,3% e as vendas internas tiveram retração de 1,8%, no mesmo período de comparação. Já as importações cresceram 6,4%, em volume, passando a ocupar 43% da demanda interna por químicos, novo recorde do setor.

A atividade interna fraca levou as empresas a buscarem alternativas para manter suas plantas em operação mínima, sendo que a utilização da capacidade instalada registrou o pior patamar desde o início da série de acompanhamento em 1990, com 70% em média em 2019, resultando em um recorde de ociosidade de 30%.

Segundo a ABIQUIM, o ano de 2018 fechou com recuo na atividade química; produção, vendas internas e demanda caíram, apenas houve melhora nos preços no mercado internacional, o que pode ter influenciado positivamente o faturamento do ano das empresas químicas.

O ano de 2018 foi significativamente afetado pelos resultados negativos dos últimos dois meses do ano. Em novembro de 2018, os índices de produção e de vendas internas tiveram quedas de 6,55% e de 1,71%, respectivamente, enquanto, em dezembro, os recuos foram de 4,45% para a produção e de expressivos 10,78% para as vendas internas. No acumulado do 4º trimestre de 2018, sobre igual período do ano anterior, os volumes recuaram: o índice de produção foi 7,65% inferior, enquanto o de vendas internas teve desempenho 8,08% pior. Na comparação da segunda metade do ano passado com igual período de 2017, os resultados foram: índice de produção (-3,17%) e índice de vendas internas (-3,07%).

No ano de 2017 o aquecimento da atividade econômica de alguns segmentos importantes como da indústria automobilística, linha branca e construção civil impulsionou um crescimento de 6% na demanda de produtos químicos em relação ao ano anterior. Todavia, o destaque ficou com o volume importado, que teve alta de 21,1% sobre 2016, passando a representar 38% de toda a demanda nacional por produtos

químicos, recorde desde 1990. Em 2017, a média da utilização da capacidade instalada ficou em apenas 79%, um ponto abaixo do patamar de 2016, representando ociosidade elevada para os padrões da química. As dificuldades de competição no mercado doméstico se devem às matérias-primas, cujo custo é muito elevado no País, energia com peso excessivo de encargos, infraestrutura deficitária e cara, custo-Brasil, dentre outros pontos, que precisam ser atacados de forma contundente para que a indústria química brasileira possa aproveitar as oportunidades da retomada da economia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Como os preços dos principais produtos da Companhia são baseados em referências internacionais em dólar, as receitas da Companhia oscilam por conta não só destas referências como em função da taxa de câmbio.

A Elekeiroz, como produtora de intermediários químicos de segunda geração, tem como principais fornecedores as Centrais Petroquímicas.

Segundo o Relatório de Acompanhamento Conjuntural da ABIQUIM, publicado em janeiro de 2020, o índice de preços dos produtos químicos fechou o ano de 2019 com deflação nominal de 15,86% (acumulado de janeiro a dezembro). Descontados os efeitos da inflação (levando-se em consideração o IPA-Indústria de Transformação, da FGV), os preços médios reais do segmento de produtos químicos de uso industrial recuaram 17,2%. Se for utilizado o dólar como deflator, os preços reais estão 19,1% abaixo do que foram no ano de 2018. Os preços praticados pela Companhia tiveram que seguir a tendência do mercado para manter a competitividade, o que provocou uma redução da Receita Líquida, em relação a 2018 de 12%.

Segundo relatório da ABIQUIM, durante 2018, o preço médio das importações totais dos produtos do RAC, em dólares, convertido em reais, subiu 31,7% na comparação com 2017, refletindo, sobretudo, a alta de preços no mercado internacional, especialmente acompanhando as principais matérias-primas derivadas do petróleo e também a elevada volatilidade do câmbio no período. Em linha com esse comportamento e sofrendo igualmente os efeitos mencionados, o IGP Abiquim-Fipe apresentou alta nominal de 18,71% em 2018.

Os preços praticados pela Companhia seguiram parcialmente a alta de preços dos insumos e matérias primas importadas, sendo percebido o impacto pelo aumento de 25,5% na Receita Líquida por tonelada em comparação com 2017.

Em 2017 alterações nas condições de oferta e demanda impulsionaram os preços em alguns segmentos, impactando os preços praticados pela Companhia. No mesmo período, o índice geral de preços (IGP) acumulou aumento nominal de 5,69%, puxado por resultados positivos em dez grupos, dos 13 pesquisados. Destacam-se cloro e álcalis (+26,51%), intermediários para fertilizantes (+13,58%), produtos petroquímicos básicos (+17,69%) e resinas termoplásticas (+0,67%).

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Conforme já comentado, a exemplo dos preços de venda dos principais produtos da Companhia, o custo de aquisição dos insumos também é baseado em referências internacionais em dólar, sujeitos, pois, à variação dos preços internacionais e às variações da taxa de câmbio, não sendo impactados diretamente pelos índices de inflação.

A inflação, todavia, afeta o desempenho da Companhia na medida em que eleva suas despesas operacionais expressas em Reais e não atreladas ao dólar, como é o caso dos salários, que têm sofrido aumentos reais por força dos dissídios coletivos. Esta indexação nos custos fixos e despesas em momentos de alta na inflação em moeda nacional, como ocorreu nos períodos recentes, aliada à compressão das margens de contribuição em função dos preços dos produtos e matérias-primas no mercado internacional, acaba por impactar negativamente os resultados da Companhia.

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. Como parte de sua receita é oriunda de exportações, a Companhia gera ativos em moeda estrangeira em níveis superiores aos passivos também em moeda estrangeira, decorrentes estes de importações de matérias primas e equipamentos necessários às suas operações normais ou de tomadas de financiamento externo em condições que lhe sejam convenientes. De forma a não incorrer ou mitigar ao máximo os riscos de câmbio, o que é uma de suas políticas financeiras básicas, a Companhia utiliza-se do

instrumento de adiantamento de contratos de câmbio – ACC ou outras formas de hedge, para minimizar o descasamento dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

No período coberto por este formulário (2019-2017) a Companhia não introduziu ou alienou segmento operacional que tenha causado ou se espera que venha a causar efeitos relevantes nas suas operações e consequentemente nas suas demonstrações contábeis. O foco da Companhia permanece na produção de intermediários químicos, área na qual continua pesquisando e desenvolvendo novos produtos que agreguem valor à cadeia produtiva e que resultem em taxas de retorno atrativas para seus acionistas.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No período de 2017 a 2019 a Companhia não alterou a sua participação societária, seja por novas aquisições, alienações ou constituição de novas empresas.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 2017 a Companhia registrou em suas demonstrações contábeis apenas um evento de natureza não recorrente, o reconhecimento de crédito tributário decorrente de processo judicial com desfecho favorável à Companhia, no valor líquido de R\$ 7,7 milhões.

No ano de 2018, no mês de abril, a Companhia alienou um terreno de sua propriedade, em Várzea Paulista, por R\$ 23,654 milhões, com valor líquido, reconhecido como Outras Receitas Operacionais de R\$ 20,956 milhões.

Em 2019 ocorreu o trânsito em julgado favorável do processo tributário da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, que gerou um crédito total de R\$ 41,4 milhões, registrado como evento não recorrente nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

No exercício de 2017 não entraram em vigor novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs ou IFRS que resultassem em impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Em 2018 a Companhia avaliou os efeitos dos pronunciamentos CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros.

Referente ao CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes, norma que se baseia no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, substituindo o princípio de riscos e benefícios, a Companhia não apurou efeitos nas suas Demonstrações Contábeis pois, exceto por um contrato cujas cláusulas estão todas cumpridas, os contratos e acordos comerciais em vigor, não preveem impactos positivos ou negativos devido à cláusulas que afetem a mensuração da receita operacional.

Em relação à CPC 48 – Instrumentos Financeiros, norma que aborda a classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros, cujas principais alterações foram: a) novos critérios de classificação de ativos financeiros; b) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros; e c) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge, a Companhia reconheceu um impacto de R\$ 38 mil no ano de 2018.

Em 2019 a Companhia avaliou o efeito do CPC 06 (R2) sobre Arrendamentos (correlação às normas internacionais de contabilidade IFRS 16), aplicado a partir de 1º de janeiro de 2019, que exige dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para contratos de arrendamento firmados. A Companhia realizou inventário dos contratos em andamento e refletiu o impacto financeiro de R\$ 1,2 milhões, como orienta a norma, em conta específica no balanço patrimonial identificada pela conta 2.01.05.02.07 Passivo Arrendamento no formulário de demonstrações financeiras padronizadas (DFP). A Administração da Companhia julgou que os efeitos não foram relevantes para as demonstrações contábeis, e por não trazer benefícios aos leitores, apresentou somente o impacto financeiro nas nota explicativa 17 - Fornecedores, obrigações com pessoal e outros passivos das Demonstrações Contábeis de 2019. Essa decisão foi tomada com base nas exceções descritas no CPC 06 (R2/ IFRS 16).

No triênio 2017-2019 a Companhia não mudou práticas contábeis que pudessem impactar de forma significativa suas demonstrações contábeis.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações contábeis publicadas ao final dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 não ocorreram alterações em práticas contábeis que resultassem em efeitos significativos sobre as demonstrações da Companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No período de 2017 a 2019, a BDO RCS Auditores Independentes, emitiu pareceres sem quaisquer ressalvas ou parágrafos de ênfase.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados pela administração e discutidos com seus auditores e baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia registra ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. O reconhecimento desses ativos leva em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. As estimativas dos resultados futuros que permitirão a compensação desses ativos são baseadas em projeções revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, levando em consideração cenários econômicos, taxas de desconto, e outras variáveis que podem não se realizar.

(b) Plano de pensão

A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado ao Plano de Contribuição Definida. O valor contabilizado na rubrica Plano de Previdência Privada representa o valor estimado das reduções de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

(c) Provisões para contingências

A Companhia discute questões tributárias, trabalhistas e cíveis nas esferas administrativas e judiciais dentro do curso normal de seus negócios e uma provisão para desembolsos futuros é constituída a partir de análise da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos. Alterações em tendências de decisões ou jurisprudências em tribunais poderão alterar as estimativas ligadas a provisões para contingências.

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas podem sofrer variações em relação aos montantes que serão realizados. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para passivos

trabalhistas e tributários, provisão para créditos de liquidação duvidosa e redução ao valor recuperável de ativos.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. contratos de construção não terminada**
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b) Natureza e o propósito da operação

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há qualquer item relevante que não esteja evidenciado nas demonstrações contábeis da Companhia.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No triênio de 2017 a 2019 a Companhia focou na manutenção e em melhorias em suas linhas e produtos atuais.

Os principais projetos de investimento da Elekeiroz podem ser classificados em três grandes grupos:

- Grupo 1 - Projetos de ampliação da capacidade instalada para os produtos que já compõem o portfólio da Companhia. Esses projetos têm o intuito de adequar as operações da Companhia ao crescimento do mercado, de forma a manter e/ou expandir seu *market share*.

- Grupo 2 - Projetos de implantação de novos negócios envolvendo produtos que apresentem sinergia com os já existentes. Nesta categoria estão projetos que representam de fato a introdução de novos produtos no portfólio ou envolvam matérias primas e/ou processos alternativos aos atuais, desde que tragam benefícios comparativos relativamente à situação atual.

- Grupo 3 – Investimentos correntes, que englobam todos os projetos voltados à manutenção das unidades produtivas e instalações auxiliares de produção, atualizações tecnológicas, segurança dos colaboradores e programas de proteção ao meio ambiente, entre outros.

Para quaisquer projetos, nas três categorias, a passagem da fase de estudos para a de implantação depende de as rentabilidades serem atrativas para os acionistas da Companhia.

O quadro a seguir apresenta, de forma resumida, os estudos em andamento, com uma previsão de prazos para conclusão e valores iniciais estimados de implantação.

RELAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO		
PROJETO	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	INVESTIMENTO TOTAL R\$ mil
Grupo 3		
Manutenção de unidades produtivas.	2021	26.442
Automação, tecnologia, segurança e meio ambiente.	2021	3.868
TOTAL		30.310

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia os seus investimentos com a utilização de recursos derivados da geração própria de caixa ou de aumentos de capital específicos, bem como por financiamentos de longo prazo.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No ano de 2017, em função do atual cenário econômico e de negócios do setor químico mundial, a Companhia readequou seu parque industrial através do fechamento das fábricas de Ftálico e Plastificantes do polo industrial de Camaçari e centralizou essas operações em suas fábricas de Várzea Paulista.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No triênio de 2017 a 2019 a Companhia focou seus esforços na manutenção e aperfeiçoamento de suas linhas atuais.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os projetos em curso abordam desenvolvimento dos produtos e processos atuais, bem como inovação de novos itens a serem desenvolvidos a partir de matérias-primas renováveis e mais competitivas capazes de agregar valor às linhas atuais da Elekeiroz. Além dos recursos internos utilizados na condução dos projetos, foram estabelecidas parcerias com renomados institutos de pesquisa para desenvolvimento de processos e produtos via rotas alternativas de produção, sobretudo as que usam matéria prima de fonte renovável. Estas parcerias estão incentivadas pela Embrapii e Finep.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O valor está consolidado no item (iv) a seguir.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento e divulgados pela Companhia são os já citados no item (i) acima.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2019, a Companhia investiu o montante de R\$ 4,3 milhões em desenvolvimento de produtos e aprimoramento de processos.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há qualquer outro fator que tenha influenciado de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenha sido identificado ou comentado nos demais itens desta seção.

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento de procuração, [ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO], (“Outorgante”), nomeia o Sr. [PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], RG n° XXX e CPF n° XXX, domiciliado na [ENDEREÇO COMPLETO], seu procurador, com poderes para representá-lo, na qualidade de Acionista da **Elekeiroz S.A. (“Companhia”)**, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2020, às 15:00 horas, e, se necessário, em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, no auditório da sede social, na Rua Dr. Edgardo de Azevedo Soares, 392, Vila Bela Cintra, no Município de Várzea Paulista, estado de São Paulo, CEP 13224-030, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento à Assembleia e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [•] dias, a partir da presente data.

[Cidade], ____ de _____ de 2020.

[ACIONISTA]

(Assinatura com firma reconhecida)

ORIENTAÇÃO DE VOTO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2019.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

2. Ratificar a remuneração paga em 2019 aos administradores no referido exercício.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

3. Votar proposta do Conselho de Administração para destinação do lucro líquido do exercício de 2019 no valor de R\$ 58.832.705,03 da seguinte forma: R\$ 1.859.006,56 para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais; R\$ 2.848.684,92 para a conta de Reserva Legal; R\$ 40.593.760,16 à Reserva Especial; e ratificação da distribuição de dividendos de R\$ 2.032.882,89 e de juros sobre capital próprio de R\$ 11.498.370,50.

Na Assembleia não será proposta nova distribuição de proventos por conta do exercício de 2019.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

4. Votar proposta da Administração para fixar em 3 (três) efetivos e 2 (dois) suplentes, o número de membros do Conselho de Administração.

Aprovar

Rejeitar

Abster-se

4. Indicação de todos os nomes que compõem a chapa única - por indicação da controladora.

Membros efetivos:

Thiago Sguerra Miskulin
Felipe Franco da Silveira
Eduardo da Veiga

Membros suplentes:

→ Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
→ Marcelo Marinho Lutz Pereira da Silva

A favor

Contra

Abster-se

5. Caso um dos candidatos que compõem a chapa escolhida deixe de integrá-la, os votos correspondentes às suas ações podem continuar sendo conferidos à chapa escolhida?

Sim

Não

Abster-se

6. Em caso de adoção do processo de eleição por voto múltiplo, os votos correspondentes às suas ações devem ser distribuídos em percentuais igualitários pelos membros da chapa que você escolheu?

Sim

Não

Abster-se

7. Visualização de todos os candidatos que compõem a chapa para indicação da %(porcentagem) dos votos a ser atribuída

THIAGO SGUERRA MISKULIN (Efetivo) / MARCELO HUDIK FURTADO DE ALBUQUERQUE (Suplente) [] %
FELIPE FRANCO DA SILVEIRA (Efetivo) / MARCELO HUDIK FURTADO DE ALBUQUERQUE (Suplente) [] %
EDUARDO DA VEIGA (Efetivo) / MARCELO MARINHO LUTZ PEREIRA DA SILVA (Suplente) [] %

8. Votar proposta do Conselho de Administração para fixação da verba global e anual destinada à remuneração dos administradores em até R\$ 6.890 mil para o Conselho de Administração e Diretoria.

A favor

Contra

Abster-se

9. Deseja requerer a instalação do Conselho Fiscal, nos termos do Artigo 161 da Lei nº 6.404, de 1976?

Observação: Esta questão não integra a ordem do dia dessa Assembleia, tendo sido inserida em atendimento ao disposto no parágrafo único do Artigo 21-K da ICVM 481, de 2009.

Sim

Não

Abster-se

10. Autoriza a lavratura da ata dessa Assembleia em forma sumária, conforme parágrafo 1º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?

Sim

Não

Abster-se

11. Autoriza a publicação da ata dessa Assembleia, com omissão dos nomes dos acionistas, conforme parágrafo 2º do Artigo 130 da Lei nº 6.404, de 1976?

Sim

Não

Abster-se

12. Em caso de segunda convocação dessa Assembleia, as instruções de voto constantes nesta Procuração podem ser consideradas também para a realização da Assembleia em segunda convocação?

Sim

Não

Abster-se

ANEXO III

PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Conforme o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 3 de fevereiro de 2020, aprovou as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Na Assembleia Geral de 29 de abril, propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 58.832.705,03, seja destinado conforme segue:

Lucro líquido do exercício de 2019 – R\$	58.832.705,03
(-) Reversão incentivos fiscais reconhecidos no resultado – R\$	-1.859.006,56
(-) Reserva legal (5%) – R\$	-2.848.684,92
(=) Base de cálculo dos dividendos – R\$	54.125.013,55
Dividendo mínimo obrigatório – R\$	13.531.253,39
Complemento de dividendos - R\$	2.032.882,89
Juros sobre Capital Próprio	11.498.370,50
% da remuneração líquida sobre a base de cálculo	25%
% da remuneração líquida sobre o lucro líquido	23%

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social de 2019 foi de R\$ 58.832.705,03.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

O montante global relativo aos resultados apurados no exercício de 2019, distribuído aos acionistas na forma de dividendos e juros sobre capital próprio está detalhado a seguir:

	R\$	
	Total	Por ação
Dividendos	2.032.882,89	0,064566
Juros sobre capital próprio - valor bruto	11.498.370,50	0,365200

Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Lucro líquido do exercício de 2019 – R\$	58.832.705,03
(-) Reversão incentivos fiscais reconhecidos no resultado – R\$	-1.859.006,56
(-) Reserva legal (5%) – R\$	-2.848.684,92
(=) Base de cálculo dos dividendos – R\$	54.125.013,55
Dividendo mínimo obrigatório – R\$	13.531.253,39
Complemento de dividendos - R\$	2.032.882,89
Juros sobre Capital Próprio	11.498.370,50
% da remuneração líquida sobre a base de cálculo	25%
% da remuneração líquida sobre o lucro líquido	23%

3. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foi proposta a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

4. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Não será proposta à Assembleia Geral a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos já declarados. Para datas de pagamentos, veja tabela constante do item 6 deste documento.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme mencionado na alínea “a” deste item, os dividendos e os juros sobre capital próprio relativos ao exercício de 2019 já foram integralmente declarados pelo Conselho de Administração e as datas de pagamento estão mencionadas no item 5 deste documento.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Veja item 6 deste documento.

5. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

O montante dos dividendos declarados foi de R\$ 2.032.882,89 e o de juros sobre capital próprio foi de R\$ 11.498.370,50.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os dividendos e os juros sobre capital próprio declarados serão pagos nas datas abaixo mencionadas:

Evento	Valor líquido por ação - R\$		Data de pagamento
	Ordinária	Preferencial	
Dividendos RCA de 03/02/2020	0,0646	0,0646	30/06/2020
Juros sobre capital próprio RCA de 17/12/2019	0,3104	0,3104	30/04/2020

6. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2016	2017	2018	2019
Lucro (prejuízo) líquido do exercício – R\$	-343.681.674,42	47.662.325,59	66.258.282,91	58.832.705,03
Qde. de ações ON	14.518.150	14.518.150	14.518.150	14.518.150
Qde. de ações PN	16.967.020	16.967.020	16.967.020	16.967.020
Lucro por ação ON – R\$	-	1,51	2,10	1,87
Lucro por ação PN – R\$	-	1,51	2,10	1,87

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Proventos	2016	2017	2018	2019
Dividendos – R\$	-	7.767.352,63	21.246.192,72	2.032.882,89
R\$/ação ON – R\$	-	0,246699	0,674800	0,064566
R\$/ação PN – R\$	-	0,246699	0,674800	0,064566
Juros sobre capital próprio	-	-	10.497.138,23	11.498.370,50
R\$/ação ON – R\$	-	-	0,333400	0,365200
R\$/ação PN – R\$	-	-	0,333400	0,365200
Remuneração total – R\$	-	7.767.352,63	31.743.330,95	13.531.253,39

7. Havendo destinação de lucros à reserva legal
a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 2.848.684,92.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Lucro líquido - R\$	58.832.705,03
(-) Reserva de Incentivos Fiscais - R\$	(1.859.006,56)
Subtotal – R\$	56.973.698,47
% Reserva legal	5%
Valor da Reserva Legal – R\$	2.848.684,92

8. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos
a. Descrever a forma de cálculo de dividendos fixos ou mínimos

Conforme estabelecido no item 3.6 (Artigo 3º) do Estatuto da Companhia, os acionistas detentores de ações preferenciais, sem direito a voto, têm direito a um dividendo prioritário mínimo, anual e não cumulativo, de R\$ 2,00 (dois reais) por mil ações, ou R\$ 0,002 por ação.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido do exercício, após a destinação obrigatória à reserva de incentivo fiscal, é suficiente para o pagamento integral do dividendo mínimo obrigatório do exercício.

A remuneração declarada de dividendos, no valor de R\$ 0,064566 por ação e a remuneração declarada de juros sobre capital próprio de R\$ 0,365200 por ação são superiores ao dividendo mínimo obrigatório de R\$ 0,002 por ação preferencial estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

O dividendo mínimo não é cumulativo.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

9. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelecido no artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, importância equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras “a” e “b” do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da Reserva Especial será creditada à mesma reserva.

Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve de retenção de dividendo obrigatório.

10. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

O artigo 10 do Estatuto Social da Companhia estabelece a constituição de reserva especial com objetivo de possibilitar a formação de recursos com as finalidades de: a) exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas; b) futuras incorporações desses recursos ao capital social; c) pagamento de dividendos intermediários, distribuíveis por deliberação do Conselho de Administração, “ad referendum” da Assembleia Geral.

Define ainda o Estatuto que esta reserva será formada: a) por valores provenientes do saldo do lucro líquido; b) pela parcela revertida da Reserva de Lucros a Realizar para Lucros Acumulados, sem prejuízo do cômputo dessa parcela no cálculo do dividendo obrigatório, no exercício em que for feita a reversão; e c) pelo crédito da parcela do dividendo obrigatório.

Limites para a constituição da Reserva: conforme o Estatuto, por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas desta reserva para que o respectivo saldo não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado de resultado para a reserva especial, relativo ao exercício social de 2019, foi de R\$ 27.498.393,68.

c. Descrever como o montante foi calculado

	R\$
Lucro líquido do exercício	58.832.705,03
(-) dividendos	(2.032.882,89)
(-) juros sobre capital próprio	(11.498.370,50)
(-) Reserva legal	(2.848.684,92)
(-) Reserva incentivos fiscais	(1.859.006,56)
(=) Reserva especial Elekeiroz	40.593.760,16

14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital**a. Identificar o montante da retenção****b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**a. Informar o montante destinado à reserva**

No exercício de 2019 foi destinado à reserva de incentivos fiscais o montante de R\$ 1.859.006,56.

b. Explicar a natureza da destinação

Esta reserva é constituída com os créditos: **(i)** decorrentes do incentivo fiscal de redução do imposto de renda contabilizado no resultado do exercício; **(ii)** Incentivo fiscal de dilação do prazo de ICMS do programa Desenvolve Bahia contabilizado no resultado do exercício.

ANEXO IV

INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Itens 12.5 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM 480, alterados pela Instrução CVM nº. 552/14

Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração do emissor, cuja eleição será proposta pelo acionista controlador, seguem as seguintes informações:

12.5 a 12.8 (exceção do item 12.5 "m")		Thiago Sguerra Miskulin	Felipe Franco da Silveira	Eduardo da Veiga
Nome		Thiago Sguerra Miskulin	Felipe Franco da Silveira	Eduardo da Veiga
Data de nascimento		21/06/1984	23/09/1976	18/02/1986
Profissão		Bacharel em engenharia eletrônica	Bacharel em administração de empresas	Bacharel em administração de empresas
CPF		313.032.028-23	261.377.018-08	116.787.767-50
Eleito pelo controlador		Sim	Sim	Sim
Membro independente		Não	Não	Não
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha impedido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		Não há	Não há	Não há
Outros cargos ou funções exercidas no emissor		Membro do Comitê de Divulgação	Não exerce outros cargos ou funções na Companhia	Não exerce outros cargos ou funções na Companhia
Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado	Presidente	Membro	Membro
	Data da eleição	21/01/2020	24/04/2019	21/01/2020
	Data da posse	21/01/2020	24/04/2019	21/01/2020
	Prazo do mandato	Anual	Anual	Anual
	Número de mandatos consecutivos	1	2	0
	Número de reuniões realizadas desde a posse (*)	2	11	2
Percentual de participação nas reuniões (*)		100%	100%	100%
Comitê de Divulgação	Cargo eletivo ocupado	Membro		Membro
	Data da eleição	24/04/2019		21/01/2020
	Data da posse	24/04/2019		21/01/2020
	Prazo do mandato	Anual		Anual
	Número de mandatos consecutivos	1		
	Número de reuniões realizadas desde a posse (*)	5		1
Percentual de participação nas reuniões (*)		5		1

(*) para o cômputo do número de reuniões realizadas e o percentual de participação foram consideradas as reuniões ocorridas desde a data da posse dos membros até 03.02.2020

12.5 a 12.8 (exceção do item 12.5 "m")		Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque	Marcelo Marinho Lutz Pereira da Silva
Nome		Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque	Marcelo Marinho Lutz Pereira da Silva
Data de nascimento		23/06/1978	23/09/1991
Profissão		Bacharel em administração de empresas	Bacharel em administração de empresas
CPF		025.989.187-89	409.242.968-10
Eleito pelo controlador		Sim	Sim
Membro independente		Não	Não
Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal; ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas e iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha impedido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.		Não há	Não há
Outros cargos ou funções exercidas no emissor		Não exerce outros cargos ou funções na Companhia	Não exerce outros cargos ou funções na Companhia
Conselho de Administração	Cargo eletivo ocupado		
	Data da eleição		
	Data da posse		
	Prazo do mandato		
	Número de mandatos consecutivos		
	Número de reuniões realizadas desde a posse (*)		
Percentual de participação nas reuniões (*)			
Comitê de Divulgação	Cargo eletivo ocupado		
	Data da eleição		
	Data da posse		
	Prazo do mandato		
	Número de mandatos consecutivos		
	Número de reuniões realizadas desde a posse (*)		
Percentual de participação nas reuniões (*)			

Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração da Companhia, abaixo as informações do item 12.5 "m":

I - principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome e setor de atividade da empresa;
- Cargo e funções inerentes ao cargo;
- Se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

II – indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Nome: Thiago Sguerra Miskulin	
Empresas integrantes do grupo econômico de emissor	1. Elekeiroz S.A.: não exerceu funções na emissora até abril de 2019. Setor de Atuação: indústria de transformação - fabricação de produtos químicos. 2. H.I.G. Brasil Assessoria de Investimentos Ltda. desde julho de 2017; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Diretor.
Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	1. J.P. Morgan de setembro de 2006 a julho de 2007; setor de atuação: Banco de Investimentos; Analista Financeiro; 2. The Boston Consulting Group desde janeiro de 2009 a agosto de 2011; setor de atuação: Serviços de Consultoria; Consultor; 3. Grupo SBF S.A. desde agosto de 2013 a outubro de 2016; setor de atuação: Varejo; Suplente do Conselho de Administração; 4. GP Investimentos Ltda. desde agosto de 2013 a outubro de 2016; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Profissional de Investimento; 5. Mubadala Consultoria Financeira Ltda. desde outubro de 2016 a agosto de 2017; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Profissional de Investimento; 6. Sofape Fabricante de Filtros Ltda. - desde outubro de 2018; setor de Autopeças; Presidente do Conselho de Administração.

Nome: Felipe Franco da Silveira	
Empresas integrantes do grupo econômico de emissor	1. Elekeiroz S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2018. Setor de Atuação: indústria de transformação - fabricação de produtos químicos. 2. Cel.Lep Ensino de Idiomas S.A. desde agosto de 2017; setor de atuação: Ensino de Idiomas; Presidente do Conselho de Administração. 3. Cel.Lep Ensino de Idiomas S.A. de junho de 2013 a julho de 2017; setor de atuação: Ensino de Idiomas; Diretor Estatutário e Presidente. 4. LG Informática S.A. desde janeiro de 2018; setor de atuação: Software de Informática; Vice-Presidente do Conselho de Administração. 5. Bigsal – Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. desde setembro de 2017; setor de atuação: Nutrição Animal; Membro do Conselho de Administração.
Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	1. Vargem Grande Participações S.A. desde outubro de 2017; setor de atuação: Holding; Membro do Conselho de Administração; 2. Midnight Sun Participações S.A. desde novembro de 2017; setor de atuação: Varejo; Membro do Conselho de Administração.

Nome: Eduardo da Veiga	
Empresas integrantes do grupo econômico de emissor	<ol style="list-style-type: none"> Elekeiroz S.A.: não exerceu funções na emissora até janeiro de 2020. Setor de Atuação: indústria de transformação - fabricação de produtos químicos. H.I.G. Assessoria de Investimentos Ltda. desde julho de 2018; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Profissional de Investimentos Bigal – Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. desde janeiro de 2019; setor de atuação: Nutrição Animal; Membro do Conselho de Administração.
Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	<ol style="list-style-type: none"> Pátria Investimentos Ltda desde setembro de 2016 a junho de 2018; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Profissional de Investimentos Icatu Holding S.A. desde outubro de 2008 a Agosto 2016; setor de atuação: Holding; Profissional de Investimentos.

Nome: Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque	
Empresas integrantes do grupo econômico de emissor	<ol style="list-style-type: none"> Elekeiroz S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração desde abril de 2018. Setor de Atuação: indústria de transformação - fabricação de produtos químicos. Office Total S.A. desde novembro de 2017; setor de atuação: Serviços Profissionais de Impressão; Membro do Conselho de Administração; Bigal – Indústria e Comércio de Suplementos para Nutrição Animal S.A. desde janeiro de 2017; setor de atuação: Nutrição Animal; Presidente do Conselho de Administração. Halex Istar Indústria Farmacêutica S.A. desde novembro de 2017; setor de atuação: Indústria Farmacêutica; Vice-Presidente do Conselho de Administração. Self It Academias Holding S.A. desde novembro de 2017; setor de atuação: Serviços de Ginástica; Membro do Conselho de Administração. H.I.G. Assessoria de Investimentos Ltda. desde setembro de 2017; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Diretor.
Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	<ol style="list-style-type: none"> Gávea Investimentos Ltda. de agosto de 2015 a agosto de 2017; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Sócio Diretor; Banco Santander (Brasil) S.A. de 2007 a 2015; setor de atuação: Banco de Investimentos; responsável pela área de Investimentos em Private Equity; Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. de outubro de 2009 a outubro de 2014; setor de atuação: Energia Elétrica; Membro do Conselho de Administração; Crédito Corporativo – FDIC de março de 2010 a julho de 2015; setor de atuação: Crédito; Membro do Comitê de Supervisão; Enesa Participações S.A. de março de 2010 a março de 2015; setor de atuação: Engenharia; Membro do Conselho de Administração; FIP Sondas de maio de 2011 a março de 2015; setor de atuação: Investimentos; Membro do Comitê de Investimentos; Sete Brasil Participações S.A. de maio de 2011 a março de 2015; setor de atuação: Óleo e Gás; Membro do Conselho de Administração e dos Comitês Financeiro e de Novos Negócios.

Nome: Marcelo Marinho Lutz Pereira da Silva	
Empresas integrantes do grupo econômico de emissor	<ol style="list-style-type: none"> Elekeiroz S.A.: não exerceu funções na emissora até abril de 2019. Setor de Atuação: indústria de transformação - fabricação de produtos químicos. H.I.G. Brasil Assessoria de Investimentos Ltda. desde julho de 2017; setor de atuação: Assessoria de Investimentos; Profissional de Investimento.
Empresas controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	
Outras sociedades ou organizações do terceiro setor:	<ol style="list-style-type: none"> Graycliff Partners Brasil Administradora de Recursos Ltda. de julho de 2014 a junho de 2017; setor de atuação: Investimento em Participações; Profissional de Investimento.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**a. administradores do emissor**

- Não existem relações conjugais, uniões estáveis ou grau de parentesco entre os administradores do emissor.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não se aplica.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não se aplica.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não se aplica.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

Não se aplica.

b. controlador direto ou indireto do emissor

c. Não se aplica.

d. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não se aplica.

ANEXO V

PROPOSTA DE VERBA ANUAL PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/09, alterado pela Instrução CVM 552/14,
em atendimento ao disposto no artigo 12, incisos I e II da Instrução CVM 481/09

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria a ser proposta na AGO é de até R\$ 6.890.000,00 (seis milhões, oitocentos e noventa mil reais) contemplando as remunerações fixas e variáveis e as vantagens e benefícios de qualquer natureza.

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

De acordo com o disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os proventos dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) são compostos pela “remuneração” (parcela fixa) e pela “participação nos lucros” (parcela variável). A “remuneração” é definida pela Assembleia Geral, que fixa verba global e anual para este fim, cabendo ao Conselho de Administração regulamentar a utilização da mesma.

A nossa prática de remuneração e participação nos lucros têm como objetivos atrair, recompensar e incentivar os administradores na condução dos negócios da Companhia, contribuindo para o alcance de suas metas estratégicas.

É realizado periodicamente o acompanhamento dos valores de remuneração e participação nos lucros praticados no mercado para esses administradores, visando garantir um razoável equilíbrio entre os proventos pagos pela Companhia e por empresas similares.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os Administradores recebem pró-labore mensal fixo como contraprestação pelo exercício de seu mandato. Os diretores recebem também remuneração variável a título de participação nos lucros em função dos resultados anuais da Companhia, ambas compatíveis com as pesquisas de mercado realizadas periodicamente. Além disso, tem como benefícios indiretos, assistência médica, veículo designado para uso em serviço, seguro de vida e direito a plano de previdência privada para o qual contribuem os Diretores com contrapartida da Companhia.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração	2017	2018	2019
Pró-labore	95%	95%	0%
Participação nos Lucros	0%	0%	0%
Benefícios	5%	5%	0%
Diretoria	2017	2018	2019
Pró-labore	64%	42%	57%
Participação nos Lucros	31%	53%	34%
Benefícios	5%	5%	8%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Para o pagamento da remuneração, ou pró-labore dos Administradores, a Assembleia Geral fixa verba global e anual, cuja utilização é regulamentada pelo Conselho de Administração, conforme definido no artigo 5º, item 5.1, do Estatuto Social. A participação nos lucros, variável por sua natureza, não pode, todavia exceder a 10% do Lucro Líquido e nem à somatória da remuneração

atribuída aos Administradores no período a que se referir o balanço, pelas disposições do mesmo item 5.1.

Os valores individuais de remuneração são aprovados pelo Conselho de Administração e suas correções periódicas são baseadas em pesquisas de mercado realizadas por empresas especializadas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Com a prática de remuneração e participação nos lucros anteriormente indicada, a Companhia visa remunerar seus Administradores conforme as responsabilidades do seu cargo, as práticas de mercado e o desempenho de seus negócios.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do conselho de administração, todos indicados pelo controlador, não são remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para os exercícios de 2017 e 2018 a Companhia utilizou dois indicadores de resultados econômicos para definir os níveis de Remuneração Variável dos diretores: 1) Lucro Líquido e 2) EBITDA, para definir os níveis de Remuneração Variável dos diretores.

Para o exercício de 2019 a Companhia manteve dois indicadores de resultados econômicos para definir os níveis de Remuneração Variável dos diretores, entretanto, substituiu o indicador de lucro líquido pelo endividamento líquido, acordando com o Conselho de Administração os indicadores abaixo:

- 1) EBITDA;
- 2) Dívida Líquida.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Para os exercícios de 2017 e 2018 dois indicadores de resultados econômicos foram escolhidos para compor a remuneração: Lucro Líquido: 50% e EBITDA: 50%, com uma faixa de variação em torno de seus respectivos valores alvos orçados. O indicador Lucro Líquido tinha um diferencial que o caracterizava como “gatilho”, representado pelo valor mínimo de sua faixa de variação premiável: abaixo desse valor, nada seria pago a título de remuneração variável ou Participação nos Lucros, independentemente do resultado do segundo indicador, o EBITDA. Esses indicadores de resultados econômicos eram responsáveis por cerca de 75% da remuneração variável dos diretores; o restante era em função de objetivos relativos a contribuições individuais voltados para o desenvolvimento futuro da Companhia.

Para o exercício de 2019, para compor a remuneração, a Companhia adotou os indicadores de resultados econômicos EBITDA, com participação de 50% e Dívida Líquida, com participação de 50%, ambos com uma faixa de variação em torno de seus respectivos valores orçados. Esses indicadores de resultados econômicos eram responsáveis por cerca de 70% da remuneração variável dos diretores; o restante era em função de objetivos relativos a contribuições individuais voltados para o desenvolvimento futuro da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A parte fixa dos proventos dos Administradores acompanha parâmetros de mercado e a parte variável é baseada em tradicionais indicadores de resultados econômico-financeiros, que são função do alcance dos valores orçados de volumes, faturamento, rentabilidade e demais variáveis do negócio, com as limitações estatutárias acima referidas, além de, conforme descrito acima, passarem a ter uma parte em função de objetivos individuais direcionados ao crescimento da Companhia.

Considerando que os proventos dos Administradores, em especial sua parcela variável, são impactados pelos resultados da Companhia, inclusive pelos riscos que ele assume, e por objetivos que levam em consideração o desejado desenvolvimento dos negócios, a Companhia acredita que a prática adotada faz com que os interesses dos Administradores fiquem alinhados aos seus próprios interesses.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os proventos de todos os Administradores são pagos única e diretamente pela Companhia, não havendo membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que recebam remuneração relativa à sua atuação na Companhia suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladora. Eventuais membros da Administração que sejam executivos e/ou conselheiros em outras empresas do Conglomerado são remunerados pelas atividades nelas exercidas.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de outros eventos societários.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conselho de Administração	2017	2018	2019	2020 (Previsto)
Nº total de membros (*)	6	4,25	3	3
Nº de membros remunerados (**)	6	2,5	0	0
Remuneração - R\$ mil				
i. Fixa				
Pró-Labore	1.322	562	0	0
Benefícios direto e indireto				
Participação em Comitês				
Outros (***)	264	112	0	0
ii. Variável – R\$ mil				
Bônus	0	0	0	0
Participações nos Resultados	0	0	0	0
Participações em Reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
iii. Benefícios Pós Emprego	85	33	0	0
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
v. Remuneração baseada em ações	0	0	0	0
Total Conselho Administração	1.671	707	0	0

(*) Quantidade de conselheiros apresenta apenas os conselheiros efetivos, não incluindo suplentes nem membros que acumulam função na diretoria executiva e são remunerados exclusivamente pela função de diretor.

(**) Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

(***) INSS sobre honorários

Diretoria	2017	2018	2019	2020 (Previsto)
Nº total de membros (*)	3	3	3	3
Nº de membros remunerados (*)	3	3	3	3
Remuneração - R\$ mil				
i. Fixa				
Pró-Labore	4.406	2.726	2.820	2.816
Benefícios direto e indireto	382	311	206	204
Participação em Comitês	0	0	0	0
Outros (**)	1234	763	790	783
ii. Variável – R\$ mil				
Bônus	0	0	0	0
Participações nos Resultados	2916	4862	2291	2.500
Participações em Reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
iii. Benefícios Pós Emprego	480	458	538	587
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0	0	0
v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Total Diretoria	9.418	9.120	6.645	6.890
Total Geral (Conselho + Diretoria)	11.089	9.827	6.645	6.890

(*) Número de membros corresponde à média anual apurada com base na quantidade de membros mês a mês.

(**) INSS sobre honorários.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	(B)	3	(A)
Nº de membros remunerados	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	(C)	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	1.500	(A)
Valor Máximo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	3.750	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas – R\$ mil	(B)	2.500	(A)

Observações:

(A) A Companhia não possui Conselho Fiscal em funcionamento;

(B) O Conselho de Administração não recebe remuneração Variável;

(C) A Companhia não utiliza bônus como forma de remuneração dos diretores estatutários.

Remuneração Variável no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	(B)	3	(A)
Nº de membros remunerados	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	2291	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor Máximo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor efetivamente reconhecido no resultado – R\$ mil	(B)	2.291	(A)

Observações:

- (A) A Companhia não possui Conselho Fiscal em funcionamento;
 (B) O Conselho de Administração não recebe remuneração Variável;
 (C) A Companhia não utiliza bônus como forma de remuneração dos diretores estatutários.

Remuneração Variável no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	(B)	3	(A)
Nº de membros remunerados	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	(C)	(A)
Participação nos resultados – R\$ mil	(B)	4.862	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor Máximo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor efetivamente reconhecido no resultado – R\$ mil	(B)	4.862	(A)

Observações:

- (D) A Companhia não possui Conselho Fiscal em funcionamento;
 (E) O Conselho de Administração não recebe remuneração Variável;
 (F) A Companhia não utiliza bônus como forma de remuneração dos diretores estatutários.

Remuneração Variável no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	(B)	3	(A)
Nº de membros remunerados	(B)	3	(A)
Bônus	(B)	(C)	(A)
Participação nos resultados – R\$ mil	(B)	2.916	(A)
Valor Mínimo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor Máximo previsto no plano de remuneração – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor Previsto no Plano caso as metas fossem atingidas – R\$ mil	(B)	0	(A)
Valor efetivamente reconhecido no resultado – R\$ mil	(B)	2.916	(A)

Observações:

- (A) A Companhia não possui Conselho Fiscal em funcionamento;
 (B) O Conselho de Administração não recebe remuneração Variável;
 (C) A Companhia não utiliza bônus como forma de remuneração dos diretores estatutários.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 11.04.2017 foi proposto e aprovado o cancelamento do plano de remuneração com base em ações, originalmente aprovado em 31 de julho de 2003, mas que nunca produziu efeitos.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número total de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações: i. data de outorga; ii. quantidade de opções outorgadas; iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis; iv. prazo máximo para exercício das opções; v. prazo de restrição à transferência das ações; vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções: em aberto no início do exercício social, perdidas durante o exercício social, exercidas durante o exercício social; expiradas durante o exercício social; e. valor justo das opções na data de cada outorga; f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Não foram outorgadas opções de ações aos administradores durante a vigência do plano.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação às opções ainda não exercíveis: i. quantidade; ii. data em que se tornarão exercíveis; iii. prazo máximo para exercício das opções; iv. prazo de restrição à transferência das ações; v. preço médio ponderado de exercício; vi. valor justo das opções no último dia do exercício social; e. em relação às opções exercíveis: i. quantidade; ii. prazo máximo para exercício das opções; iii. prazo de restrição à transferência das opções; iv. Preço médio ponderado de exercício; v. valor justo das opções no último dia do exercício social; vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não foram outorgadas opções de ações aos administradores durante a vigência do plano.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a. órgão; b. número de membros; c. número de membros remunerados; d. em relação às opções exercidas informar: i. número de ações; ii. preço médio ponderado de exercício; iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas; e. em relação às ações entregues informar: i. número de ações; ii. preço médio ponderado de aquisição; iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não foram outorgadas opções de ações aos administradores durante a vigência do plano.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco; c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram outorgadas opções de ações aos administradores durante a vigência do plano.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária não possuem ações ou quotas diretas ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sub controle comum.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Nº total de membros (*)	-	2
Nº de membros remunerados(**)	-	2
Nome do plano	Plano PAI-CD	Plano PAI-CD
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1
Condições para se aposentar antecipadamente	Para a aposentadoria antecipada, os participantes devem atender aos seguintes requisitos: 1. Mínimo de 55 anos de idade; 2. Mínimo de 10 anos de plano; e 3. Não ter mandato ativo ou vínculo empregatício com os patrocinadores	Para a aposentadoria antecipada, os participantes devem atender aos seguintes requisitos: 1. Mínimo de 55 anos de idade; 2. Mínimo de 10 anos de plano; e 3. Não ter mandato ativo ou vínculo empregatício com os patrocinadores
Valor atualizado das contribuições acumuladas do plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 3.065 mil
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 523 mil
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há possibilidade de resgate antecipado de contribuições	Não há possibilidade de resgate antecipado de contribuições

(*) Média calculada de acordo com o Ofício-Circular CVM/SEP/02/2018. No cômputo do número de membros do Conselho está incluído membro do Comitê de Auditoria e de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

(**) Nº de administradores vinculados ao Plano no último dia do exercício social.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal: a. órgão; b. número de membros; c. número de membros remunerados; d. valor da maior remuneração individual; e. valor da menor remuneração individual; f. valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018 *	31/12/2017
Nº de membros	3,00	3,00	3,00	3,00	4,25	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	3,00	0	4,25	6,00
Valor da maior remuneração (R\$)	4.157.451	4.820.174	3.454.296	0	292.409	687.549
Valor da menor remuneração (R\$)	1.360.555	1.239.876	1.394.068	0	40.487	95.199
Valor médio da remuneração (R\$)	2.339.276	2.459.933	2.081.498	0	117.788	278.546

* Valores referentes aos 6 Conselheiros eleitos pelo Grupo Itaúsa com mandato de janeiro a maio de 2018.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de

destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não detém quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os Administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2017	2018	2019
Diretoria Estatutária – Partes relacionadas	0%	0%	0%
Conselho de Administração – Partes relacionadas	64%	64%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

O pagamento de proventos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária foi decorrente exclusivamente das funções que desempenham na Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há quaisquer pagamentos a membros do Conselho ou da Diretoria Estatutária reconhecidos em controladas da Companhia.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações julgadas relevantes relativas a este item são as apresentadas nos itens 13.1 a 13.15.